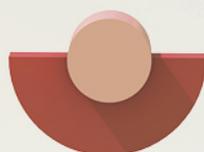


DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

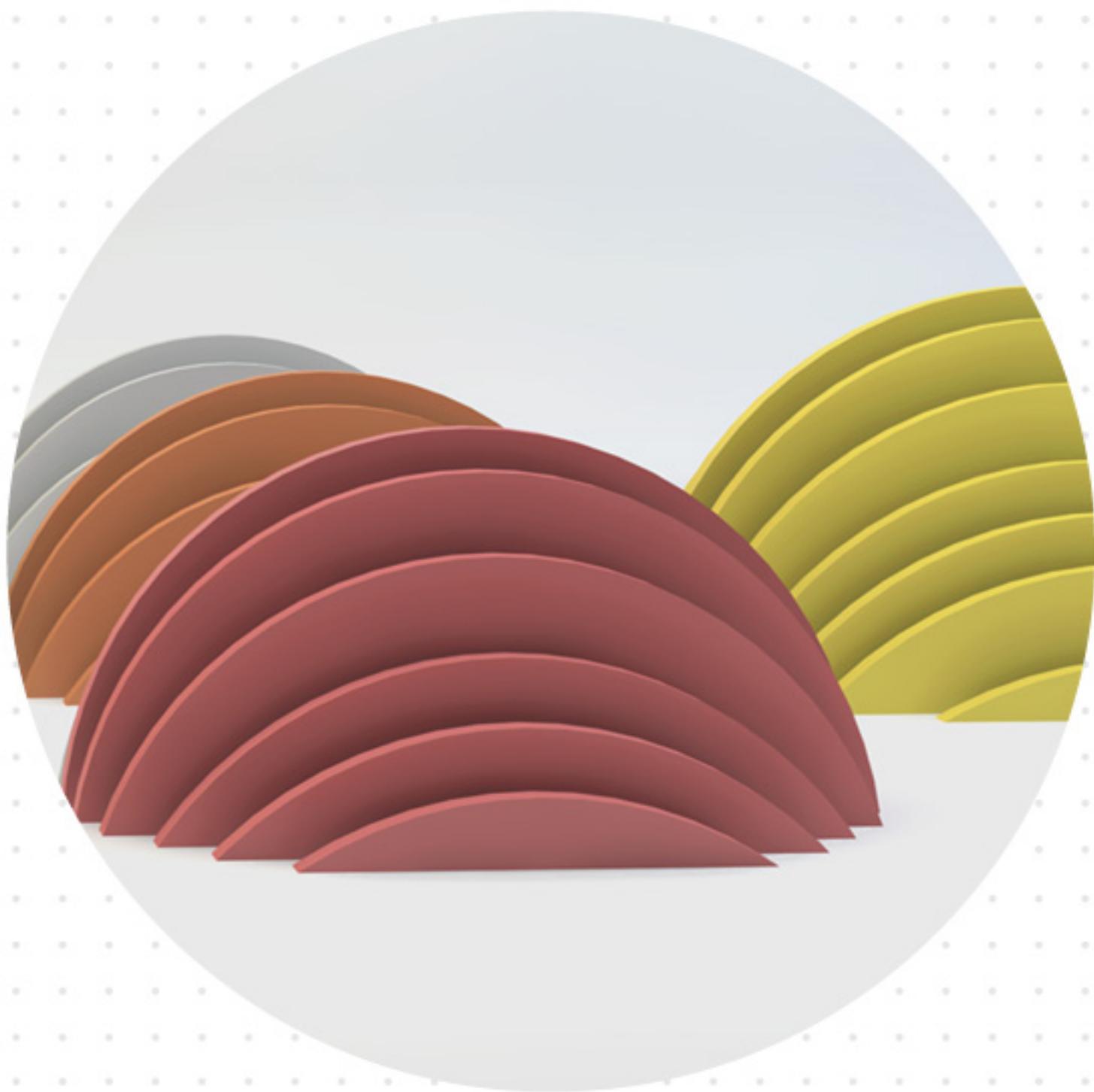






DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS







DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez 2013	31 dez 2012
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	10	1.827.164.403	2.603.109.778
Ativos intangíveis	11	202.854.156	562.455.222
Propriedades de investimento		1.001.735	386.001
Goodwill	12	610.187.858	658.228.050
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	6	1.144.792.015	456.446.288
Outros investimentos	7, 9 e 13	31.991.837	59.877.723
Ativos por impostos diferidos	20	123.159.864	224.718.491
Outros ativos não correntes	9 e 14	31.970.613	49.531.315
Total de ativos não correntes		3.973.122.481	4.614.752.868
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	15	588.949.862	538.486.177
Clientes	9 e 16	78.261.378	171.053.729
Outras dívidas de terceiros	9 e 17	123.425.677	117.941.848
Estado e outros entes públicos	18	72.447.501	74.942.868
Outros ativos correntes	19	71.537.318	139.910.545
Investimentos	9 e 13	202.484.454	911.922
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 21	366.308.918	376.635.163
Total de ativos correntes		1.503.415.108	1.419.882.252
Ativos não correntes detidos para venda		-	720.338
TOTAL DO ATIVO		5.476.537.589	6.035.355.458
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	22	2.000.000.000	2.000.000.000
Ações próprias	22	(126.945.388)	(128.149.614)
Reservas legais		188.285.864	187.137.648
Reservas e resultados transitados		(816.534.401)	(772.902.493)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		318.979.514	32.572.259
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		1.563.785.589	1.318.657.800
Interesses sem controlo	23	344.325.829	349.901.121
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.908.111.418	1.668.558.921
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	9 e 24	241.163.840	364.137.659
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	1.113.399.900	1.287.944.455
Credores por locações financeiras	9, 24 e 25	7.980.489	27.593.734
Outros empréstimos	9 e 24	53.936	7.084.062
Outros passivos não correntes	9 e 27	51.247.881	87.958.431
Passivos por impostos diferidos	20	121.095.969	136.943.600
Provisões	32	50.659.919	114.470.445
Total de passivos não correntes		1.585.601.934	2.026.132.386
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	9 e 24	65.791.907	65.557.681
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	159.962.358	450.820.688
Credores por locações financeiras	9, 24 e 25	4.314.843	7.037.038
Outros empréstimos	9 e 24	3.869.633	2.661.283
Fornecedores	9 e 29	1162.317.682	1.221.772.727
Outras dívidas a terceiros	9 e 30	313.313.588	227.781.624
Estado e outros entes públicos	18	55.757.125	59.742.218
Outros passivos correntes	31	214.668.594	302.864.083
Provisões	32	2.828.507	2.426.809
Total de passivos correntes		1.982.824.237	2.340.664.151
TOTAL DO PASSIVO		3.568.426.171	4.366.796.537
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.476.537.589	6.035.355.458

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Vendas	35	4.655.760.619	4.523.123.228
Prestações de serviços	35	165.580.722	146.664.218
Rendimentos ou perdas relativos a investimentos	36	(12.682)	15.995.991
Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados	13 e 37	46.636.719	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	37	15.252.983	8.403.632
Outros rendimentos	38	445.343.173	433.411.520
Custo das vendas	15	(3.602.380.328)	(3.518.309.414)
Variação da produção		181.680	(666.354)
Fornecimentos e serviços externos	39	(615.834.278)	(622.528.126)
Gastos com o pessoal	40	(611.849.153)	(605.794.773)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(187.186.398)	(195.129.682)
Provisões e perdas por imparidade	32	(187.418.749)	(27.686.119)
Gastos e perdas financeiras	37	(97.070.769)	(102.584.205)
Outros gastos	41	(63.883.293)	(37.297.453)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	6	2.955.911	(24.382.535)
Resultado antes de impostos das operações continuadas		(33.923.843)	(6.780.072)
Imposto sobre o rendimento	42	(15.909.211)	(22.361.579)
Resultados depois de impostos das operações continuadas		(49.833.054)	(29.141.651)
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	4	513.853.339	100.832.034
Resultados líquidos consolidados do exercício		464.020.285	71.690.383
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas		(66.746.036)	(22.863.277)
Operações descontinuadas		385.725.550	55.435.536
		318.979.514	32.572.259
Atribuível a Interesses sem controlo			
Operações continuadas		16.912.982	(6.278.374)
Operações descontinuadas		128.127.789	45.396.498
		145.040.771	39.118.124
Resultados por ação			
Das operações continuadas			
Básico	44	(0,035555)	(0,012209)
Diluído	44	(0,035353)	(0,012176)
Das operações descontinuadas			
Básico	44	0,205473	0,029602
Diluído	44	0,204305	0,029522

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)	31 dez 2013	31 dez 2012
Resultado líquido consolidado do exercício	464.020.285	71.690.383
Items de Outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação nas reservas de conversão cambial	(4.546.249)	(4.209.464)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 6)	(27.093.926)	(20.338.090)
Perda de influência significativa	-	3.376.172
Variação no justo valor dos ativos disponíveis para venda (Nota 7)	(7.386.736)	1.334.793
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	3.366.365	(34.319)
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral	68.980	706.717
Outros	556.557	(1.122.547)
Outro rendimento integral do exercício	(35.035.009)	(20.286.737)
Total rendimento integral consolidado do exercício	428.985.275	51.403.645
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	290.433.701	16.001.551
Interesses sem controlo	138.551.574	35.402.094

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas e Resultados Transitados					Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Sem Controle (Nota 23)	Total do Capital Próprio
				Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total				
Atribuível aos Acionistas da empresa-mãe												
Saldo em 1 de janeiro de 2012 - reexpresso	2.000.000.000	(131.895.330)	187.137.648	6.951.543	2.505.654	(3.434.957)	(801.620.771)	(795.598.531)	103.944.076	1.363.587.863	336.803.275	1.700.391.138
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2.114.599)	(585.046)	740.563	(14.611.626)	(16.570.708)	32.572.259	16.001.551	35.402.094	51.403.645
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2011												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	103.944.076	103.944.076	(103.944.076)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(61.989.385)	(61.989.385)	-	(61.989.385)	(11.481.147)	(73.470.532)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.986.265)	(5.986.265)
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	3.745.716	-	-	-	-	(1.859.506)	(1.859.506)	-	1.886.210	(257.882)	1.628.328
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(1.132.049)	(1.132.049)	-	(1.132.049)	(20.745.608)	(21.877.657)
Outros	-	-	-	-	-	-	303.610	303.610	-	303.610	16.166.654	16.470.264
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.000.000.000	(128.149.614)	187.137.648	4.836.944	1.920.608	(2.694.394)	(776.965.651)	(772.902.493)	32.572.259	1.318.657.800	349.901.121	1.668.558.921
Saldo em 1 de janeiro de 2013	2.000.000.000	(128.149.614)	187.137.648	4.836.944	1.920.608	(2.694.394)	(776.965.651)	(772.902.493)	32.572.259	1.318.657.800	349.901.121	1.668.558.921
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2.077.042)	(3.694.107)	3.418.216	(26.192.880)	(28.545.813)	318.979.514	290.433.701	138.551.574	428.985.275
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2012												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	1148.216	-	-	-	31.424.043	31.424.043	(32.572.259)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(62.159.135)	(62.159.135)	-	(62.159.135)	(11.035.037)	(73.194.172)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.587.351)	(2.587.351)
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	-	-	-	-	-	3.493.215	3.493.215	-	3.493.215	2.023.158	5.516.373
Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap (Nota 22)	-	1.204.226	-	-	-	-	2.278.092	2.278.092	-	3.482.318	-	3.482.318
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	14.890.286	14.890.286	-	14.890.286	(131.471.460)	(116.581.174)
Cancelamento dos planos de incentivos de unidades descontinuadas (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	(4.855.660)	(4.855.660)	-	(4.855.660)	(1.612.922)	(6.468.582)
Outros	-	-	-	-	-	-	(156.936)	(156.936)	-	(156.936)	556.746	399.810
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.000.000.000	(126.945.388)	188.285.864	2.759.902	(1.773.499)	723.822	(818.244.626)	(816.534.401)	318.979.514	1.563.785.589	344.325.829	1.908.111.418

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2013	31 dez 2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5.232.159.494	5.347.329.798
Pagamentos a fornecedores		(4.092.288.577)	(4.011.203.641)
Pagamentos ao pessoal		(650.191.587)	(667.073.692)
Fluxos gerados pelas operações		489.679.330	669.052.465
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(22.916.192)	(32.701.612)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(25.457.927)	(1.556.520)
Fluxos das atividades operacionais (1)		441.305.211	634.794.333
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	31.412.494	5.863.972
Ativos fixos tangíveis		10.448.767	17.748.276
Ativos intangíveis		1.003.289	541.879
Juros e rendimentos similares		7.773.592	9.089.453
Empréstimos concedidos	8 e 43	560.705.466	12.703.189
Dividendos		254.847	12.183.294
Outros		44.728.550	31.275.257
		656.327.005	89.405.320
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(19.352.742)	(39.496.295)
Ativos fixos tangíveis		(197.893.756)	(195.931.097)
Ativos intangíveis		(66.007.214)	(139.576.585)
Empréstimos concedidos		(10.096.722)	(17.433.995)
Outros		(11.776.766)	(15.005.500)
		(305.127.200)	(407.443.472)
Fluxos das atividades de investimento (2)		351.199.805	(318.038.152)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		3.269.087.739	5.199.568.253
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		254.886	15.882.000
Cobertura de prejuízos		399.810	-
Outros		-	2.444.713
		3.269.742.435	5.217.894.966
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(3.861.165.231)	(5.395.770.802)
Juros e gastos similares		(86.470.211)	(98.801.011)
Dividendos		(88.553.383)	(83.878.895)
Aquisições de ações (quotas) próprias		(515.821)	(2.612.424)
Outros		(4.160.800)	(5.308.697)
		(4.040.865.446)	(5.586.371.829)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(771.123.011)	(368.476.863)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		21.382.005	(51.720.682)
Efeito das diferenças de câmbio		617.524	368.525
Efeito das atividades descontinuadas		(18.262.934)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	363.367.909	415.457.116
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	365.869.456	363.367.909

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Sonae Holding") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados no Relatório de Gestão e na Nota 47.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus, SGPS, SA na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (Nota 8). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2013. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2013:





	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Com aplicação obrigatória no exercício iniciado a 1 de janeiro de 2013:	
IFRS 13 - (Mensuração ao Justo Valor)	01 jan 2013
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	01 jan 2013
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	01 jul 2012
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros – compensação entre ativos e passivos financeiros)	01 jan 2013
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	01 jan 2013
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	01 jan 2013
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	01 jan 2013

A entrada em vigor durante 2013 das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Com aplicação obrigatória após o exercício de 2013:	
IFRS 10 - (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (*)	01 jan 2014
IFRS 11 - (Acordos conjuntos) (*)	01 jan 2014
IFRS 12 - (Divulgações sobre participações noutras Entidades) (*)	01 jan 2014
IAS 27 - (Demonstrações Financeiras Separadas – revista em 2011) (*)	01 jan 2014
IAS 28 - (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) (*)	01 jan 2014
Emendas às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	01 jan 2014
IAS 32 - Emenda (Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros)	01 jan 2014
Emenda ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de Ativos não Financeiros)	01 jan 2014
Emenda ao IAS 39 (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01 jan 2014

(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas,

nomeadamente em virtude do Grupo mensurar os investimentos em empreendimentos conjuntos aplicando o método da equivalência patrimonial.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Sonae), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem Controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método da equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são também registados pelo método da equivalência patrimonial.





De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas controladas conjuntamente e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativos a empresas controladas conjuntamente e associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empresas controladas conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações com empresas controladas conjuntamente e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas" (Nota 6). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo ou transferida para interesses sem controlo no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,72511	0,75332	0,75792	0,77871
Franco Suíço	0,81460	0,81246	0,82836	0,82971
Libra Inglesa	1,19947	1,17795	1,22534	1,23368
Real Brasileiro	0,30697	0,35076	0,36988	0,39996
Dólar Australiano	0,64838	0,72943	0,78670	0,80630
Peso Chileno	0,00138	0,00152	0,00160	0,00160
Peso Mexicano	0,05533	0,05907	0,05820	0,05920
Dolar de Singapura	0,57425	0,60211	0,62070	0,62320
Lira Turca	0,33778	0,39651	0,42461	0,43242
Zloty Polaco	0,24071	0,23832	0,24546	0,23910

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.





As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios

As propriedades de investimento em desenvolvimento que não reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

São consideradas propriedades de investimento, de acordo com os IFRS, as propriedades de investimento em desenvolvimento, que reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável.

Considera-se que as propriedades de investimento em desenvolvimento reúnem as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável quando existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto. É considerado que existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto quando, cumulativamente, são reunidas as seguintes condições:

- o terreno encontra-se adquirido

- existe licença de construção
- está assinado o contrato de financiamento da propriedade
- está iniciada a construção da propriedade
- estão negociados os contratos de locação com as lojas-âncora ou com os possíveis locatários

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações semestrais efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível, de acordo com as condições acima indicadas. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

As propriedades de investimentos do grupo são detidas maioritariamente pela Sonae Sierra e suas participadas as quais são relevadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 6).

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil





definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 7 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Locações em que a Sonae age como locador

As locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.7 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.





2.11 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas” bem como as reversões de imparidade.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 Instrumentos financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através

de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;





- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;

- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável. As reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de "hedge accounting". Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de "hedge accounting", mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.





h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.14 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae Holding e/ou das suas filiais cotadas e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. O justo valor das opções sobre ações, quando existam, é determinado com base no modelo de “Black-Scholes”. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo Segmento de Retalho, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" (Nota 27).

Os gastos e rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

A receita relacionada com as comissões geradas com a atividade de mediação de seguros, é registada no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio. Relativamente aos prémios recebidos, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio, momento em que o Grupo assume a obrigação da entrega do montante de prémio líquido de comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, o Grupo procede ao registo da Comissão no momento em que é informado do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelas unidades de retalho, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos





futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor são registadas diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.g)).

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização de justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram

posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.21 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efetua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial da Sonae atua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efetiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efetuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos (Nota 32) corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento da demonstração da posição financeira até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 32) é registado o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Ativo – Nota 32) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.22 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 47.

2.23 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.





Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.13.g), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na Nota 2.13.a).

Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em “outras reservas”:

De acordo com a IFRS 2 – ‘Pagamentos com base em ações’, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae mas sim, quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio, podendo todavia existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1) Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos a associadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

3.2.2) Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e consequentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

- Unidades de Retalho

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações são a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de





informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

- Gestão de Investimentos

No negócio de Multimédia e Sistemas de Informação a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

Nos restantes negócios da Gestão de Investimentos o risco de crédito no âmbito da atividade operacional corrente é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito, fundamentalmente originado pela prestação de serviços relativa a agências de viagens (negócio efetuado pela Geostar – empreendimento conjunto).

- Sonae Sierra – Empreendimento conjunto

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- Sonae Holding

A Sonae Holding não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc) com a supervisão da Comissão Executiva.

O montante relativo a clientes, outros devedores e outros ativos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2013, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 1.596 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2012 era de 2.213 milhões de euros) excluindo os contributos dos segmentos Centros Comerciais, Zon Optimus e Viagens que passaram a consolidar pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2013 a maturidade média da dívida da Sonae é de aproximadamente 1,9 anos (2012: 2,2 anos) excluindo os contributos das atividades de Centros Comerciais, Telecomunicações e Viagens que passaram a consolidar pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 25, 29 e 30, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2013, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2014 é de 230 milhões de euros (524 milhões de euros com vencimento para 2013) e em 31 de dezembro de 2013 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 497 milhões de euros (410 milhões de euros em 2012) com compromisso inferior ou igual a um ano e 310 milhões de euros (401 milhões de euros em 2011) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2013 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 366 milhões de euros (378 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.





3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1) Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;
- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Unidades de Retalho

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Sonae Investimentos é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Gestão de Investimentos

No negócio Multimedia e Sistemas de informação a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Sonaecom apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. A Sonaecom segue os princípios comuns adotados pela Sonae atrás referidos na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro.

Uma vez que a totalidade do endividamento do segmento de Telecomunicações se encontra indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Sonaecom acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Nos restantes negócios deste segmento de negócios estão expostos ao risco de taxa de juro decorrentes essencialmente dos empréstimos bancários ou de empréstimos remunerados recebidos dos acionistas que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) alavancagem financeira controlada, sendo implementada de forma conservadora no que respeita à utilização de financiamento bancário, e pela (ii) provável correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) de alguns dos negócios, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

- Sonae Sierra – Empreendimento Conjunto

As receitas e "cash-flows" da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.





Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

- Sonae Holding

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e conseqüentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2013 seria inferior em cerca de 8,5 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2012 seria inferiores em cerca de 12,9 milhões euros). O capital próprio (incluindo interesses sem controlo e excluindo o resultado líquido) em resultado do efeito da variação da taxa de juro ao risco de taxa de juro em 31 de dezembro de 2013 seria superior em cerca de 2,4 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2012 seria superior em cerca de 5,8 milhões euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Unidades de Retalho

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.





A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Gestão de Investimentos

O negócio Multimédia e Sistemas de Informação opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Malásia, no Chile, no Panamá, em Singapura, entre outros, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

Relativamente ao negócio de Corretagem de Seguros, que é desenvolvido em diferentes áreas geográficas, quando há transações mantidas numa divisa diferente da do país em que a participada opera, a exposição ao risco cambial é minimizada através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

Para os restantes negócios deste segmento o impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros.

- Sonae Sierra – Empreendimento Conjunto

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Euro	-	-	608.472	4.828.279
Real Brasileiro	8.794.246	12.040.467	5.669.959	7.071.362
Libra Inglesa	499.963	335.847	40.692	4.106.374
Dólar Americano	6.473.540	31.247.430	19.367.092	13.351.369
Outras moedas	770.903	585.396	302.274	1.014.312

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 7.

Em 2007, a Sonae contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente ações da Sonae Holding. Conforme explicado na Nota 22, o Total Return Swap não permitiu o desconhecimento destas ações próprias, e como tal, uma mudança na cotação das ações da Sonae Holding terá um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a cotação das ações da Sonae Holding tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae não teria recebimentos/pagamentos adicionais (em 31 de dezembro de 2012 o efeito seria de 847 mil de euros).

Relativamente ao investimento na Zon Optimus, SGPS, SA uma variação de 10% no valor da cotação teria um impacto no capital próprio de 20,2 milhões de euros.

4 OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na Zon (Nota 8) o segmento de telecomunicações (Optimus SGPS, Optimus SA, Be Artis, Be Towering, Sontária e Permar) foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.





O detalhe das operações descontinuadas na demonstração dos resultados pode ser analisado como segue:

(Montantes expressos em euros)	31 dez 2012			27 ago 2013
	Publicado	Unidades descontinuadas	Reexpresso	Unidades descontinuadas
Vendas	4.552.547.876	(29.424.648)	4.523.123.228	17.839.599
Prestações de serviços	825.974.638	(679.310.420)	146.664.218	434.877.950
Rendimentos ou perdas relativos a investimentos	15.995.991	-	15.995.991	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	12.511.831	(4.108.199)	8.403.632	2.697.675
Outros rendimentos	441.222.195	(7.810.675)	433.411.520	5.367.439
Custo das vendas	(3.561.004.682)	42.695.268	(3.518.309.414)	(21.477.208)
Variação da produção	(666.354)	-	(666.354)	-
Fornecimentos e serviços externos	(968.190.488)	345.662.362	(622.528.126)	(225.940.029)
Gastos com o pessoal	(656.383.176)	50.588.403	(605.794.773)	(30.481.543)
Amortizações e depreciações	(333.108.546)	137.978.864	(195.129.682)	(91.871.085)
Provisões e perdas por imparidade	(48.931.954)	21.245.835	(27.686.119)	(9.601.175)
Gastos e perdas financeiras	(106.687.966)	4.103.761	(102.584.205)	(2.584.998)
Outros gastos	(51.877.587)	14.580.134	(37.297.453)	(10.381.299)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	(24.382.535)	-	(24.382.535)	-
Resultado antes de impostos	97.019.243	(103.799.315)	(6.780.072)	68.445.326
Imposto sobre o rendimento	(25.328.860)	2.967.281	(22.361.579)	2.802.374
Resultados depois de impostos	71.690.383	(100.832.034)	(29.141.651)	71.247.700
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	-	100.832.034	100.832.034	-
Rendimentos ou perdas relativos ao processo de fusão (Nota 8)	-	-	-	442.605.639
Resultados líquidos consolidados do exercício	71.690.383	-	71.690.383	513.853.339
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:	32.572.259	-	32.572.259	-
Atribuível a Interesses sem controlo	39.118.124	-	39.118.124	-

O detalhe das operações descontinuadas na demonstração de fluxos de caixa pode ser analisada como segue:

Fluxos de caixa do período das operações descontinuadas	27 ago 2013
Fluxos de atividades operacionais	175.235.824
Fluxos de atividades de investimento	(56.261.919)
Fluxos de atividades de financiamento	(22.210.092)
Variação de caixa e seus equivalentes	96.763.813

5 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2013		31 dez 2012	
		Direto	Total*	Direto	Total*
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Unidades de Retalho					
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BB Food Service, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Carnes do Continente - Indústria e Distribuição Carnes, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Continente Hipermercados, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Discovery Sports, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Edições Book.it, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a)	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia	74,15%	74,15%	67,64%	67,64%
	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	99,48%	99,48%	99,89%	99,89%
	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Infocfield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%





	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SDSR – Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	SDSR – Sports Division 2, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Center Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investimentos, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC – Modelo Continente SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, SA	a)	Maia	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%
	Sonaerp - Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Espanha - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
3)	Tlantic, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	77,76%	77,76%	-	-
	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	77,76%	77,76%	100,00%	100,00%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	77,76%	77,76%	100,00%	100,00%
1)	Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten Espanha Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%

	Zippy - Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ZYEvolution-Invest.Desenv., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telecomunicações							
4)	Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
4)	Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
4)	Optimus - Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
4)	Optimus SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
4)	Per-Mar - Sociedade de Construções, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
4)	Sontária – Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
Gestão de Investimentos							
	ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)6)	Connectiv Solutions Inc	a)	Delaware (EUA)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	75,10%	56,37%	75,10%	40,98%
	Hercos Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Hercos, Consultoria de Risco, SA	a)	Maia	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	HighDome PCC Limited	a)	Malta	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Larim Corretora de Resseguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	99,99%	50,01%
	Lazam/mds Correctora Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
5)	Lugares Virtuais, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
	MDS - Corretor de Seguros, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS África, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	a)	Porto	50,01%	25,01%	50,00%	25,01%
	Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	a)	Lisboa	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Malta Holding Limited	a)	Malta	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS, SGPS, SA	a)	Maia	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
5)	Miauger - Org. Gestão Leilões Electrónicos, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
7)	Miral Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%





5)	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Público - Comunicação Social, SA	a)	Porto	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
7)	Quorum Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	RSI Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
3)5)	Saphety - Transacciones Electronicas SAS	a)	Bogota(Colombia)	86,99%	65,30%	-	-
5)8)	Saphety Brasil Transações Eletrônicas Lda	a)	São Paulo (Brasil)	86,99%	65,30%	-	-
5)	Saphety Level - Trusted Services, SA	a)	Maia	86,99%	65,30%	86,99%	47,47%
5)	Sonaecom - Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Sonaecom - Sistemas de Información España, SL	a)	Madrid	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Sonaecom BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)9)	Sonaecom, SGPS, SA	a)	Maia	75,44%	75,07%	55,10%	54,57%
5)	Sonaetelecom, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	Tecnológica Telecomunicações, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	74,99%	99,99%	54,41%
5)	We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	74,99%	99,91%	54,52%
5)	We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Poland Sp.Z.o.o.	a)	Posnan (Polónia)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies (UK) Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies Americas, Inc.	a)	Delaware (EUA)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies Australia PTY Limited	a)	Sydney (Austrália)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)10)	We Do Technologies Chile, SpA	a)	Santiago (Chile)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies Egypt Limited Liability Company	a)	Cairo (Egipto)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies Mexico S. de RL	a)	Cidade do México	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies Panamá SA	a)	Cidade do Panamá	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Technologies Singapore PTE. LDT	a)	Singapura	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
5)	We Do Tecnologias BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	75,07%	100,00%	54,57%
Outras							
	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
	Sonaecenter Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontel, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

*a percentagem de capital detido total representa a percentagem total, direta e indireta detida pelo grupo.

- a) Controlo detido por maioria dos votos;
 - b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;
 - c) Controlo determinado ao abrigo da SIC 12 - Entidades de Finalidades Especiais.
- 1) Filiais incorporadas por fusão na filial Modelo Continente Hipermercados, SA;
 - 2) A Sonae Holding procedeu à aquisição a mercado de 12.392 unidades de participação deste Fundo pelo montante de 10 milhões de euros a uma parte relacionada (Nota 43);
 - 3) Filial constituída no período;
 - 4) Filiais incorporadas na operação de fusão entre a Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA e a Optimus, SGPS, SA a 27 de agosto de 2013, passando a partir dessa data, a empresa que resulta do processo de fusão a ser uma subsidiária da Zopt. Simultaneamente, através de aumento de capital a Sonae passou a deter 50% do capital social da Zopt, passando esta a ser incorporada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 6), como resultado da passagem para controlo conjunto;
 - 5) Filiais incluídas no segmento Telecomunicações em 2012;
 - 6) Filial incorporada por fusão na filial We Do Technologies Americas, Inc;
 - 7) Filiais incorporadas por fusão na Lazam/mds Correctora Ltda;
 - 8) Filial adquirida no período;
 - 9) Durante o exercício foi celebrado um acordo com uma subsidiária da France Telecom ("FT – Orange) relativo à transferência de 20% do capital social da Sonaecom SGPS, SA para a Sonae SGPS, SA. Considerando que os direitos relativos às ações objeto deste acordo passaram a ser imputados à Sonae, procedeu-se ao registo deste ativo como aquisição com pagamento diferido (Nota 30);
 - 10) Filial dissolvida no período.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

6 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS

As entidades controladas conjuntamente e associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Empresas conjuntamente controladas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2013		31 dez 2012	
		Direto	Total*	Direto	Total*
Centros Comerciais					
3shoppings - Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
8ª avenida Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	23,75%	100,00%	23,75%
Adlands BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Aegean Park, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
1) Airone - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%





	ALBCC – Albufeirashopping – Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	ALEXA Administration GmbH	Berlim (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
2)	ARP Alverca Retail Park, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	25,00%
	Arrábidashopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Avenida M-40, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Beralands BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Campo Limpo Lda	S. Paulo (Brasil)	20,00%	3,33%	20,00%	3,33%
3)	Cascaishopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	28,62%	50,00%	12,53%
3)	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Maia	100,00%	28,62%	100,00%	25,05%
	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Centro Colombo - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Coimbrashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Colombo Towers Holding, BV	The Hague (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Craiova Mall BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Dortmund Tower GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Dos Mares - Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Estação Viana - Centro Comercial, SA	Viana do Castelo	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center (FundII)	São Paulo (Brasil)	50,00%	10,34%	50,00%	10,34%
	Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro Shopping	São Paulo (Brasil)	87,61%	15,78%	87,61%	15,78%
	Gaiashopping I - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Gaiashopping II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Guimarãesshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Iberian Assets, SA	Madrid (Espanha)	49,78%	12,48%	49,78%	12,48%
	Inparsa - Gestão de Galeria Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	La Farga - Shopping Centre, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	12,48%	100,00%	12,48%
4)	Land Retail, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	32,19%	-	-
	Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	LCC - Leiriashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	23,75%	100,00%	23,75%
	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Loop 5 - Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Loureshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00	11,88%	50,00	11,88%
	Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Madeirashopping - Centro Comercial, SA	Funchal (Madeira)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Maiashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Münster Arkaden, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Norte Shopping Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Norteshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Pantheon Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Park Avenue Development of Shopping Centers, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
5)	Parklake Shopping, Srl	Bucareste (Roménia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada (Açores)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Parque D. Pedro 1, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
6)	Parque Principado, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
7)	Pátio Campinas Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	-	-
	Pátio Goiânia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
8)	Pátio Penha Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Sertório Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Uberlândia Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
9)	Plaza Eboli, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
9)	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%





	Plaza Mayor Parque de Ócio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	PORTCC – Portimãoshopping – Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
9)	Project 4, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project SC 1, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
9)	Project SC 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 10 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 11 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 12 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 6, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra 8 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Project Sierra Four Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 2 (two), Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 3 (three), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Italy 2 - Development of Shopping Centres, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 3, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Spain 7 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Two Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Rio Sul – Centro Comercial, SA	Lisboa	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	River Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	River Plaza Mall, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	S.C. Microcom Doi Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	SC Mediterranean Cosmos, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Serra Shopping – Centro Comercial, SA	Covilhã	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	Shopping Centre Colombo Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%

	Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
4)	Sierra Asia Limited	Hong Kong	100,00%	50,00%	-	-
	Sierra Berlin Holding BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Sierra Central, S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Argélia	49,00 %	24,50%	49,00 %	24,50%
	Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
10)	Sierra Enplanta, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	25,05%
	Sierra Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra GP, Limited	Guernesey (U.K.)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
11)	Sierra Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Management, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Portugal, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
4)	Sierra Project Nürnberg BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
12)	Sierra Property Management Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
4)	Sierra Real Estate Greece BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
13)	Sierra Reval Gayrimenkul Yönetim Pazarlama ve Danı manlık A. .	Istambul (Turquia)	50,00%	25,00%	-	-
	Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
14)	Sierra Services Holland BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
4)	Sierra Services Holland 2 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
	Sierra Solingen Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Spain – Shopping Centers Services, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Spain 2 Services, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
15)	Sierra Zenata Project B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	50,00%	25,00%





	Solingen Shopping Center GmbH	Frankfurt(Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra Brasil, SA	São Paulo (Brasil)	66,65%	16,66%	66,65%	16,66%
	Sonae Sierra Brazil, BV Sarl	Luxemburgo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Luxemburgo	47,50%	23,75%	47,50%	23,75%
	Torre Ocidente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	50,00%	12,50%
16)	Unishopping Administradora, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,98%	16,66%	99,98%	16,66%
1)	Valecenter, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Via Catarina - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Vuelta Omega, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Weierstadt Shopping BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA	Madrid (Espanha)	49,83%	12,48%	49,83%	12,48%
Telecomunicações						
17)	ZOPT, SGPS, SA	Porto	50,00%	37,54%	100,00%	54,57%
Gestão de Investimentos						
	Equador & Mendes - Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
18)	Infosystems - Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	Luanda (Angola)	50,00%	37,54%	50,00%	27,28%
19)	Marcas do Mundo - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Movimentos Viagens - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador P.C.O. e Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Raso SGPS, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Raso - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
18)	SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto	45,00%	33,78%	45,00%	24,56%
18)	SSI Angola, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	37,54%	100,00%	27,28%
18)	Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	50,00%	37,54%	50,00%	27,28%
	Viagens y Turismo de Geotur España, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

*a percentagem de capital detido total representa a percentagem total, direta e indireta detida pelo grupo.

- 1) Em dezembro de 2013 a Sierra European Real Estate Assets Holdings, BV ("Sierra BV") alienou a participação que detinha (100%)na subsidiária Valecenter, Srl ("Vale-Center") (detentora do centro comercial Valecenter e de 100% do capital da subsidiária Airone Shopping Centre, Srl ("Airone") detentora do centro comercial Airone) pelo valor de 31 milhões de euros;
- 2) Em agosto de 2013 a Sierra Investments Holdings BV adquiriu os restantes 50% do capital da ARP Alverca Retail Park, SA;

- 3) Em maio de 2013 a subsidiária Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. adquiriu os restantes 50% do capital da participada Cascaishopping-Centro Comercial, S.A.. Na mesma data a Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V. (detentora de 100% da subsidiária Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.) alienou 50% da sua participação à subsidiária Land Retail B.V. pelo valor de 32 milhões de euros;
- 4) Filial constituída no período;
- 5) Ex-S.C. Caelum Development Srl ;
- 6) Em outubro de 2013, as entidades controladas conjuntamente Harvey dos Iberica, SL ("Harvey") e Vuelta Omega, SL ("Vuelta") alienaram a participação de 50% que cada uma detinha na entidade controlada conjuntamente Parque Principado, SL ("Principado") (detentora do centro comercial Parque Principado) pelo valor de 33,7 milhões de euros;
- 7) Filial incorporada em outubro de 2013 pela cisão da participada Pátio Boavista Shopping, Ltda;
- 8) Filial fusionada na participada Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda em 30 de outubro de 2013;
- 9) Filial liquidada no período;
- 10) Filial fusionada na participada Pátio Uberlândia Shopping Ltda em 30 de outubro de 2013;
- 11) Ex- Sierra Development of Shopping Centres Greece, SA;
- 12) Filial incorporada por fusão na filial Sierra Greece, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2013;
- 13) Em setembro de 2013 a Sierra Services Holland BV adquiriu 50% do capital da Sierra Reval Gayrimenkul Yönetim Pazarlama ve Danı manlık A.S. ("Sierra Reval") pelo montante de 360 mil euros;
- 14) Ex- Sierra Corporate Services Holland, BV;
- 15) Ex- Sierra Air Retail BV;
- 16) Filial fusionada na participada Unishopping Consultoria Imobiliária Lda em 30 de outubro de 2013;
- 17) Esta filial foi constituída em 2012 e trata-se da sociedade veículo usada para deter a participação financeira que resultou da operação de fusão da Zon-Multimédia com a Optimus SGPS, SA, ou seja a empresa que detém o controlo da Zon Optimus;
- 18) Filiais anteriormente incluídas no segmento Telecomunicações;
- 19) Filial incorporada por fusão na filial Raso - Viagens e Turismo, SA.

Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2013		31 dez 2012	
		Direto	Total*	Direto	Total*
Unidades de Retalho					
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	Lisboa	33,34%	33,34%	33,34%	33,34%

*a percentagem de capital detido total representa a percentagem total, direta e indireta detida pelo grupo.

As empresas controladas conjuntamente e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.





O valor das participações em entidades controladas conjuntamente e associadas pode ser analisado como segue:

FIRMA	31 dez 2013	31 dez 2012
Centros Comerciais		
Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	427.254.900	448.355.598
Telecomunicações		
ZOPT, SGPS, S.A.	709.606.944	25.000
Gestão de Investimentos		
Raso SGPS, SA (consolidado)	6.147.367	6.713.236
Unipress - Centro Gráfico, Lda	882.859	453.620
Infosystems - Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	-	1.003
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	-	-
SSI Angola, SA	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.143.892.070	455.548.457
Unidades de Retalho		
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	899.945	897.831
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	-	-
Investimentos em associadas	899.945	897.831
Total	1.144.792.015	456.446.288

A participação no Mundo Vip está registada por zero, dado que inclui uma perda de imparidade no valor de 2.101.337 euros.

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros das empresas controladas conjuntamente, podem ser resumidos como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2013					
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos e ganhos	Gastos e perdas	Resultado líquido
Gestão de Investimentos	67.413.721	38.709.241	28.704.480	42.891.148	44.041.371	(1.150.223)
Centros Comerciais b)	3.340.574.090	2.051.816.569	1.288.757.521	300.175.654	291.750.981	8.424.673
Telecomunicações a)b)	4.413.649.000	1.902.694.000	2.510.955.000	476.848.000	478.797.000	(1.949.000)
TOTAL	7.821.636.811	3.993.219.810	3.828.417.001	819.914.802	814.589.352	5.325.450

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2012					
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos e ganhos	Gastos e perdas	Resultado líquido
Gestão de Investimentos	65.247.647	35.392.945	29.854.702	42.764.046	48.411.033	(5.646.987)
Centros Comerciais b)	3.608.333.536	2.235.848.486	1.372.485.050	286.912.729	331.581.034	(44.668.305)
Telecomunicações a)b)	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.673.581.183	2.271.241.431	1.402.339.752	329.676.775	379.992.067	(50.315.292)

a) A variação de 2012 para 2013 resulta da inclusão do grupo Zopt pelo método da equivalência patrimonial (Nota 8);

b) Os valores divulgados são relativos às contas consolidadas da Sonae Sierra e Zopt (Nota 48).

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros das empresas associadas podem ser resumidos como segue:

Associadas	31 dez 2013					
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos e ganhos	Gastos e perdas	Resultado líquido
Unidades de Retalho	12.140.682	11.125.907	1.014.775	59.239.099	59.374.124	(135.025)
Gestão de Investimentos	5.046.859	4.269.761	777.098	4.201.285	4.209.673	(8.388)
TOTAL	17.187.541	15.395.668	1.791.873	63.440.384	63.583.797	(143.413)

31 dez 2012						
Associadas	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos e ganhos	Gastos e perdas	Resultado líquido
Unidades de Retalho	12.966.266	11.959.946	1.006.320	63.465.069	63.608.550	(143.481)
Gestão de Investimentos	6.162.864	5.089.640	1.073.224	4.214.111	4.151.585	62.526
TOTAL	19.129.130	17.049.586	2.079.544	67.679.180	67.760.135	(80.955)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em entidades controladas conjuntamente e associadas, foi o seguinte:

Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Saldo em 1 de Janeiro	379.191.284	77.255.004	456.446.288	419.702.609	114.431.480	534.134.089
Constituições durante o exercício	-	-	-	31.182	-	31.182
Perda de influência significativa	-	-	-	13.174.585	(33.987.738)	(20.813.153)
Mudança de método de consolidação (Nota 8)	225.680.194	486.961.750	712.641.944	-	-	-
Equivalência patrimonial						
Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas	17.199.003	(14.243.092)	2.955.911	(22.841.079)	(1.541.456)	(24.382.535)
Dividendos distribuídos	(158.202)	-	(158.202)	(10.666.052)	-	(10.666.052)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	(27.093.926)	-	(27.093.926)	(20.898.379)	142.472	(20.755.907)
Outros efeitos em resultados	-	-	-	688.418	(1.789.754)	(1.101.336)
	594.818.353	549.973.662	1.144.792.015	379.191.284	77.255.004	456.446.288

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor “Mudança de método de consolidação” corresponde ao aumento de capital da Zopt (Nota 8) e à subsequente conversão de 115 milhões de euros de suprimentos em prestações acessórias.

A rubrica de “Perda de influência significativa” em 31 de dezembro de 2012 traduz a perda de influência significativa na Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd em resultado da alienação de ações representativas 11,3% do capital social daquela sociedade, seguido de um aumento de capital daquela participada que provocou uma diminuição da percentagem de capital detido para 9,72%. O valor remanescente da participação foi transferido para a rubrica da Demonstração da Posição Financeira “Outros Investimentos”.

O valor de redução de Goodwill registado na rubrica “Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjunto e associadas” inclui o valor de 7.674.367 euros relativos ao goodwill de centros comerciais alienados (Valecenter, Airone e Principado) e o valor de 6.568.725 euros relativos a perdas de imparidade sobre o goodwill afeto a centros comerciais da Sonae Sierra, SGPS, SA.

O efeito em capitais próprios no exercício de 2012 resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das empresas com moeda funcional diferente do euro ao nível da Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd.

A aferição da existência ou não de imparidade nos investimentos em empreendimentos conjuntos é determinada:

- No que respeita à Zopt, tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (researches); e
- No que respeita à Sonae Sierra os testes de imparidade são efetuados por comparação com o “Net Asset Value”, este resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais valias não realizadas.





7 OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Porcentagem de capital detido				Demonstração da posição financeira	
		31 dez 2013		31 dez 2012		31 dez 2013	31 dez 2012
		Direto	Total	Direto	Total		
Unidades de Retalho							
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	9.976	9.976
Insko - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Gestão de Investimentos							
Lusa - Agên. de Notícias de Portugal, SA	Lisboa	1,38%	0,75%	1,38%	0,75%	97.344	197.344
Cooper Gay Swett & Crawford Ltd	Londres	9,72%	4,86%	9,72%	4,86%	15.468.095	22.854.831
Outros investimentos						15.668.225	36.067.375
Total (Nota 13)						31.991.837	59.877.723

Em 31 de dezembro de 2013 estão incluídos em "Outros investimentos", entre outros:

- 12.512.681 euros (33.716.476 euros em 31 de dezembro de 2012), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 33). A redução do montante de 2012 para 2013 resulta da utilização da Escrow Account para pagamentos realizados relacionados com as responsabilidades relativas a filiais da operação do Retalho no Brasil alienada (Nota 32).

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a Escrow account já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida Escrow account, nomeadamente quanto à possibilidade ou não de retenção da Escrow account para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 33). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Sonae.

A participação financeira na Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd foi reavaliada para o seu justo valor em 31 de dezembro de 2013. A valorização da referida participação foi efetuada com base numa proposta de compra vinculativa recebida de uma entidade não relacionada e conhecedora do sector no último trimestre de 2013, a qual não foi considerada como adequada pelo conselho de administração da sociedade (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2013, com exceção da Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltde e da Escrow account, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

8 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

8.1 Fusão Zon Optimus

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, SA na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, o segmento de telecomunicações foi classificado como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para refletir numa quantia única, na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

As atividades descontinuadas em 31 de dezembro de 2013 incluem as seguintes empresas:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data de saída	
		Directo	Total
Telecomunicações			
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA	Maia	100,00%	75,07%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA	Maia	100,00%	75,07%
Optimus - Comunicações, SA	Maia	100,00%	75,07%
Optimus, SGPS, SA	Maia	100,00%	75,07%
Per-Mar - Sociedade de Construções, SA	Maia	100,00%	75,07%
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	75,07%

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. ('Zopt') (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus detendo 50,01% das ações representativas do seu capital social, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 6), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da Zon Optimus (Nota 13).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da Zon Optimus, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação de fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre





metade das ações representativas do capital social da Zon Optimus, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonae desreconheceu nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 541 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da Zon Optimus (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações Zon Optimus, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 13).

A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da Zon Optimus em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão) e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros. Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da Zon Optimus (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da Zon Optimus desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

No seguimento da fusão, foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos, dos passivos e passivos contingentes assumidos através desta operação, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, o grupo não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada. O detalhe dos ativos líquidos dos grupos ZON e Optimus e do Goodwill apurado no âmbito desta transação é como segue:

Valores em milhares de euros	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	1.168.116	(5.315)	1.162.801
Ativos intangíveis	490.975	216.055	707.030
Investimentos em empresas do grupo	33.646	284.807	318.453
Ativos por impostos diferidos	156.948	38.007	194.955
Inventários	37.159	(1.384)	35.775
Contas a receber e outros ativos	394.053	1.861	395.914
Caixa e equivalentes a caixa	175.901	-	175.901
Total de ativos	2.456.798	534.031	2.990.829
Passivos adquiridos			
Empréstimos obtidos	1.269.797	7.634	1.277.431
Provisões	61.172	37.889	99.061
Passivos por impostos diferidos	8.592	79.588	88.180
Contas a pagar e outros passivos	593.700	20.532	614.232
Interesses sem controlo	9.662		9.662
Total do passivo e interesses sem controlo	1.942.923	145.643	2.088.566
Total dos ativos líquidos adquiridos	513.875	388.388	902.263
Goodwill			1.947.737
Preço de aquisição			2.850.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) valorização dos canais TV Cines e TV Series (+99,3 milhões de euros), o qual será amortizado linearmente por um período de 10 anos; (ii) carteira de clientes (+94,7 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (iii) investimentos financeiros (+304 milhões de euros) que incluem +267 milhões de euros de benefícios económicos futuros estimados ('goodwill') das participadas, valorizações de canais no montante de

+29 milhões de euros, valorização de carteira de clientes no montante de +17 milhões de euros, entre outros e respetivos impostos diferidos associados; (iv) aumento em +57,3 milhões de euros ao valor contabilístico de equipamento básico; (v) licenças de telecomunicações (+12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (vi) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de -22,7 milhões de euros; (vii) ajustamento de -27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (viii) alteração do justo valor dos empréstimos obtidos no montante de -7,6 milhões de euros; (ix) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -46,7 milhões de euros e (x) obrigações contratuais no montante de -15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

As metodologias utilizadas nos principais ajustamentos ao justo valor foi os Cash flows descontados (Nível 3) com exceção das Torres de telecomunicações que foi usado os Custos de reconstrução atual (Nível 2), o Equipamento básico que foi usado os Custos de reposição (Nível 2) e as Obrigações contratuais que foi usada a Comparação com custos atuais praticados (Nível 2).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes utilizado na valorização das carteiras de clientes; (ii) evolução das receitas e resultados futuros dos canais; (iii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de outras novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; (iv) evolução das receitas e resultados das empresas participadas; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.

Em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, Zon Optimus e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma mais-valia de 443 milhões de euros.





O detalhe dos valores desreconhecidos na demonstração da posição financeira a agosto de 2013 pode ser analisado como se segue:

Ativo	Notas	27 ago 2013
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	10	556.348.626
Ativos intangíveis	11	353.987.003
Goodwill	12	33.955.548
Ativos por impostos diferidos	20	98.625.768
Outros ativos não correntes		960.878
Total de ativos não correntes		1.043.877.823
Ativos correntes		
Inventários		19.124.520
Clientes e outros ativos correntes		263.722.481
Caixa e equivalentes a caixa		18.262.934
Total de ativos correntes		301.109.935
Capital próprio e passivo		
Outros instrumentos de capital próprio		(6.468.582)
Passivo não corrente		
Empréstimos		(17.879.657)
Outros passivos não correntes		(293.533.174)
Total do passivo não corrente		(311.412.831)
Passivo corrente		
Empréstimos		(2.451.761)
Fornecedores e outras dívidas a terceiros		(356.328.712)
Outros passivos		(127.483.937)
Total do passivo corrente		(486.264.410)
Total dos ativos e passivos desreconhecidos		540.841.936
Ganho/(Perda) na operação	4	442.605.639
Contrapartida recebida		983.447.575
Detalhe das contrapartidas recebidas		
Participação no capital social da Zopt	6	597.641.944
Suprimentos Zopt		230.000.000
Ações Zon Optimus	13	155.805.631
		983.447.575

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da operação de fusão Zon Optimus foram assumidos recebimentos de empréstimos concedidos no valor de 427,9 milhões de euros relativos à liquidação por parte da Optimus de suprimentos e 115 milhões de euros referentes aos suprimentos Zopt pagos pelo parceiro.

8.2 Aquisição da Connectiv

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de maio de 2012. A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área de sistemas de informação.

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., o grupo efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de software e carteira de clientes no valor de 3.383.070 euros.

Como habitualmente acontece nas fusões e aquisições, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, a qual foi reconhecida como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de 2 milhões de USD (1 milhão pago em 2013 e 1 milhão a pagar em 2014), e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de USD 2 milhões (tendo já sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, USD 658 mil). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante contingente a pagar foi ajustado em USD 547.579 (412.703 euros). Foi ainda efetuada uma alocação a know-how no montante de USD 4.547.579 (3.478.653 euros), o qual se encontra a ser amortizado por um período de 28 meses, o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais, uma vez que esse ajustamento ocorreu no período permitido pela IFRS 3 para alocação do goodwill.

8.3 Operação de concentração através de aquisição ao Grupo Jorge Sá

Em 2013 ocorreu uma operação de concentração de atividades empresariais, envolvendo 8 lojas de retalho alimentar na Região Autónoma da Madeira, anteriormente detidas pelo Grupo Jorge Sá.

O impacto nas demonstrações financeiras pode ser analisado como segue:

	A data de aquisição
Ativos fixos	6.013.260
Goodwill	3.986.740
Valor de aquisição	10.000.000
Pagamento efetuado	5.798.180
Valores pagos por conta	3.298.216
Valor em dívida	903.604

9 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.13, foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Ativos registados ao justo valor por resultados	Disponíveis para venda	Derivados (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2013								
Ativos não correntes								
Outros investimentos	7 e 13	13.389.201	-	18.602.636	-	31.991.837	-	31.991.837
Outros ativos não correntes	14	14.681.220	-	-	-	14.681.220	17.289.393	31.970.613
		28.070.421	-	18.602.636	-	46.673.057	17.289.393	63.962.450
Ativos correntes								
Clientes	16	78.261.378	-	-	-	78.261.378	-	78.261.378
Outras dívidas de terceiros	17	123.425.677	-	-	-	123.425.677	-	123.425.677
Investimentos	13	6.105	202.442.350	-	35.999	202.484.454	-	202.484.454
Caixa e equivalentes de caixa	21	366.308.918	-	-	-	366.308.918	-	366.308.918
		568.002.078	202.442.350	-	35.999	770.480.427	-	770.480.427
		596.072.499	202.442.350	18.602.636	35.999	817.153.484	17.289.393	834.442.877
A 31 de dezembro de 2012								
Ativos não correntes								
Outros investimentos	7 e 13	33.716.476	-	26.161.247	-	59.877.723	-	59.877.723
Outros ativos não correntes	14	27.312.961	-	-	-	27.312.961	22.218.354	49.531.315
		61.029.437	-	26.161.247	-	87.190.684	22.218.354	109.409.038
Ativos correntes								
Clientes	16	171.053.729	-	-	-	171.053.729	-	171.053.729
Outras dívidas de terceiros	17	117.941.848	-	-	-	117.941.848	-	117.941.848
Investimentos	13	881.581	-	-	30.341	911.922	-	911.922
Caixa e equivalentes de caixa	21	376.635.163	-	-	-	376.635.163	-	376.635.163
		666.512.321	-	-	30.341	666.542.662	-	666.542.663
		727.541.758	-	26.161.247	30.341	753.733.345	22.218.354	775.951.700





Passivos financeiros	Notas	Derivados (Nota 26)	Passivos financeiros registrados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2013						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	241.163.840	241.163.840	-	241.163.840
Empréstimos obrigacionistas	24	-	1.113.399.900	1.113.399.900	-	1.113.399.900
Credores por locação financeira	24 e 25	-	7.980.489	7.980.489	-	7.980.489
Outros empréstimos	24	-	53.936	53.936	-	53.936
Outros passivos não correntes	27	-	181.366.272	181.366.272	33.111.254	512.477.881
		-	1.380.734.792	1.380.734.792	33.111.254	1.413.846.046
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	65.791.907	65.791.907	-	65.791.907
Empréstimos obrigacionistas	24	-	159.962.358	159.962.358	-	159.962.358
Credores por locação financeira	24 e 25	-	4.314.843	4.314.843	-	4.314.843
Outros empréstimos	24	3.836.167	33.466	3.869.633	-	3.869.633
Fornecedores	29	-	116.231.682	116.231.682	-	116.231.682
Outras dívidas a terceiros	30	-	313.313.588	313.313.588	-	313.313.588
		3.836.167	1.705.733.844	1.709.570.011	-	1.709.570.011
		3.836.167	3.086.468.636	3.090.304.803	33.111.254	3.123.416.057
A 31 de dezembro de 2012						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	364.137.659	364.137.659	-	364.137.659
Empréstimos obrigacionistas	24	-	1.287.944.455	1.287.944.455	-	1.287.944.455
Credores por locação financeira	24 e 25	-	27.593.734	27.593.734	-	27.593.734
Outros empréstimos	24	6.993.896	90.166	7.084.062	-	7.084.062
Outros passivos não correntes	27	-	54.308.839	54.308.839	33.649.592	87.958.431
		6.993.896	1.734.074.853	1.741.068.749	33.649.592	1.774.718.341
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	65.557.681	65.557.681	-	65.557.681
Empréstimos obrigacionistas	24	-	450.820.688	450.820.688	-	450.820.688
Credores por locação financeira	24 e 25	-	7.037.038	7.037.038	-	7.037.038
Outros empréstimos	24	2.627.817	33.466	2.661.283	-	2.661.283
Fornecedores	29	-	1.221.772.727	1.221.772.727	-	1.221.772.727
Outras dívidas a terceiros	30	-	227.781.624	227.781.624	-	227.781.624
		2.627.817	1.973.003.224	1.975.631.041	-	1.975.631.041
		9.621.713	3.707.078.077	3.716.699.790	33.649.592	3.750.349.382

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

Em 2013 o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRS 13 – Mensuração ao justo Valor. Esta requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos e passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que sejam possíveis de ser observáveis; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos	202.442.350	-	15.468.095	-	22.854.831	-
Derivados	-	35.999	-	-	30.341	-
	202.442.350	35.999	15.468.095	-	22.885.172	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	3.836.167	-	-	9.621.713	-
	-	3.836.167	-	-	9.621.713	-

10 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.943.600.538	2.189.684.537	21.935.131	316.270.043	45.147.159	64.547.668	4.581.185.076
Investimento	3.946.530	8.062.867	89.529	17.113.479	46.127	186.179.820	215.438.352
Aquisições de filiais	-	103.084	-	1.004.738	-	-	1.107.822
Desinvestimento	(4.224.270)	(89.596.736)	(969.701)	(14.164.383)	(1.354.215)	(2.374.690)	(112.683.995)
Variações cambiais	(14.782)	(173.673)	(52.162)	(426.686)	16.015	(43.617)	(694.905)
Transferências	942.580	161.205.855	674.169	5.626.851	164.853	(195.618.231)	(25.519.924)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	1.944.250.596	2.269.285.934	21.676.966	325.424.042	45.503.939	52.690.950	4.658.832.426
Atividades descontinuadas (Nota 8)	(292.980.252)	(1.090.887.728)	(85.728)	(216.176.440)	(6.556.008)	(10.277.476)	(1.616.963.612)
Investimento	2.993.467	4.899.535	94.357	11.345.149	51.591	143.873.210	163.257.309
Desinvestimento	(7.511.917)	(58.422.007)	(1.282.416)	(10.925.745)	(1.828.187)	(1.208.393)	(81.178.665)
Variações cambiais	(64.614)	(276.017)	(73.497)	(773.237)	(64)	(26.628)	(1.214.057)
Transferências	12.642.523	124.092.906	1.181.774	6.304.083	2.658.793	(153.202.740)	(6.322.661)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	1.659.329.823	1.248.692.623	21.511.456	115.197.852	39.830.064	31.848.923	3.116.410.740
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial 1 de janeiro de 2012	414.752.961	1.178.263.851	17.633.868	260.894.953	37.232.547	-	1.908.778.180
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	35.914.835	170.277.222	1.397.600	30.492.896	3.948.955	-	242.031.508
Aquisições de filiais	-	90.165	-	441.202	-	-	531.367
Desinvestimento	(2.143.516)	(73.678.088)	(931.824)	(13.701.428)	(1.290.821)	-	(91.745.677)
Variações cambiais	(11.584)	(110.105)	(37.574)	(251.304)	-	-	(410.567)
Transferências	(142.103)	(662.838)	(345.316)	(2.231.555)	(80.351)	-	(3.462.163)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2013	448.370.593	1.274.180.207	17.716.754	275.644.764	39.810.330	-	2.055.722.648
Atividades descontinuadas (Nota 8)	(169.205.712)	(687.662.778)	(83.381)	(197.585.549)	(6.077.566)	-	(1.060.614.986)
Depreciações do exercício	31.560.052	154.316.203	1.266.578	23.099.228	2.838.252	-	213.080.313
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	100.029.307	53.244.344	32.476	525.201	116.584	-	153.947.912
Desinvestimento	(2.601.959)	(53.077.986)	(1.235.942)	(10.338.541)	(1.793.598)	-	(69.048.026)
Variações cambiais	(30.505)	(207.676)	(54.925)	(477.694)	(8)	-	(770.808)
Transferências	1.821.809	(2.811.414)	(40.397)	(2.020.832)	(19.882)	-	(3.070.716)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	409.943.585	737.980.900	17.601.163	88.846.577	34.874.112	-	1.289.246.337
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2012	1.495.880.003	995.105.727	3.960.212	49.779.278	5.693.609	52.690.950	2.603.109.778
A 31 de dezembro de 2013	1.249.386.238	510.711.723	3.910.293	26.351.275	4.955.952	31.848.923	1.827.164.403

O investimento no exercício de 2013 inclui:

- aquisição de ativos de aproximadamente 99,6 milhões de euros, associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do grupo;
- aquisição de cerca de 26,8 milhões de euros (75 milhões de euros em 2012) relativos a um conjunto de ativos associados às operações de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution). A 27 de agosto de 2013, na sequência da operação de fusão mencionada na Nota 8 os ativos do setor de telecomunicações, incluindo os anteriormente referidos, foram desreconhecidos, estando refletidos na linha de "Atividades descontinuadas"; e
- 6 milhões de euros relacionados com a operação de concentração focada na nota 8.3.





Em 31 de dezembro de 2012 os “Ativos fixos tangíveis” incluíam o montante de 25,1 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos, a totalidade destes montantes foram desreconhecidos (Nota 8).

A rubrica de “Perdas de imparidade do exercício” em 2013 pode ser analisada como segue:

Imparidades	31 dez 2013
Mudança de "layout" e "rebranding" de:	
Lojas do retalho especializado	43.746.620
Lojas do retalho alimentar	9.988.367
Imparidade de imóveis	100.029.307
Outros	183.618
	<u>153.947.912</u>

As perdas registadas para os ativos imobiliários foram suportadas em avaliações externas efetuadas por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 7,40% e 9,50 %, estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Portugal	17.595.991	22.221.243
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Espanha	1.297.219	842.420
Projectos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	11.532.400	8.274.617
Desenvolvimento da rede móvel/fixa	-	15.652.408
Sistemas de informação	455.656	1.514.961
Outros	967.657	4.185.301
	<u>31.848.923</u>	<u>52.690.950</u>

11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	461.394.359	454.752.170	57.492.003	134.955.822	1.108.594.354
Investimento	24.156.887	1.772.860	110.563	42.349.366	68.389.676
Aquisições de filiais	1608.263	1.686.153	-	-	3.294.416
Desinvestimento	(12.808.851)	(993.025)	(795.628)	(907.764)	(15.505.268)
Justo valor ativos adquiridos	-	-	-	-	-
Variações cambiais	(2.983)	(424.996)	(3.589.201)	(14.305)	(4.031.485)
Transferências	100.123.221	42.630.156	(4.521.369)	(132.265.679)	5.966.329
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	574.470.896	499.423.318	48.696.368	44.117.440	1.166.708.022
Atividades descontinuadas (Nota 8)	(478.094.901)	(304.656.517)	-	(21.285.935)	(804.037.353)
Investimento	15.529.786	1.291.028	72.391	45.820.721	62.713.926
Desinvestimento	(1.119.545)	(174.469)	-	(243.556)	(1.537.570)
Variações cambiais	(298.747)	(782.929)	(5.190.168)	(35.427)	(6.307.271)
Transferências	5.170.441	31.096.211	3.850.363	(39.288.276)	828.739
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	115.657.930	226.196.642	47.428.954	29.084.967	418.368.493
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	171.505.301	334.710.780	22.596.484	-	528.812.565
Amortizações do exercício	46.596.030	41.167.126	3.313.882	-	91.077.038
Aquisições de filiais	-	55.004	-	-	55.004
Desinvestimento	(12.425.614)	(860.640)	(795.628)	-	(14.081.882)
Variações cambiais	(1.849)	(344.377)	(918.268)	-	(1.264.494)
Transferências	303.814	(8.882)	(640.363)	-	(345.431)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	205.977.682	374.719.011	23.556.107	-	604.252.800
Atividades descontinuadas (Nota 8)	(203.989.969)	(246.060.381)	-	-	(450.050.350)
Amortizações do exercício	31.725.939	31.423.062	2.820.238	-	65.969.239
Desinvestimento	(1.118.901)	(172.242)	-	-	(1.291.143)
Variações cambiais	(127.143)	(578.245)	(1.752.393)	-	(2.457.781)
Transferências	(5.116)	(903.312)	-	-	(908.428)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	32.462.492	158.427.893	24.623.952	-	215.514.337
Valor líquido					
A 31 de dezembro de 2012	368.493.214	124.704.307	25.140.261	44.117.440	562.455.222
A 31 de dezembro de 2013	83.195.438	67.768.749	22.805.002	29.084.967	202.854.156

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações, S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus – Comunicações, S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. A totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus – Comunicações, S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto “Iniciativas E” (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total foi reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos foram desreconhecidas das demonstrações financeiras consolidadas na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).

O ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondentes ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de





utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800MHz, 1800MHz e 2600MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar é de 113 milhões de euros, tendo sido pago em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões de euros e em janeiro de 2013 um montante de 6 milhões de euros. O restante poderá ser pago em 4 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041). Este ativo foi desreconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha registado na rubrica “Propriedade Industrial” 170.425.449 euros correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 54.005.186 euros relativos à licença, (ii) 18.045.113 euros relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças em Portugal, (iii) 5.542.199 euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 88.218.718 euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação. Estes ativos foram desreconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75.000.000 Euros (igual montante em 2012).

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, calculando para o efeito o valor recuperável da Sonae MC, sendo este determinado com base no seu valor de uso utilizando para o efeito os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. Os pressupostos utilizados estão divulgados na Nota 12.

Os restantes montantes que compõem a rubrica de ativos intangíveis em curso dizem essencialmente respeito a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

12 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Unidades de Retalho - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Retalho de base Alimentar (sonae mc) e Retalho Especializado em Portugal (sonae sr), e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, e a cada um dos imóveis no caso do segmento de Imobiliário do Retalho (sonae rp);

- Gestão de Investimentos - O valor de Goodwill deste segmento é fundamentalmente relativo: (i) ao negócio de Multimédia e Sistemas de Informação, anteriormente incluído no segmento de Telecomunicações (ii) ao negócio de seguros tendo sido alocada às carteiras de clientes adquiridas em data anterior à entrada em vigor dos IFRS razão pela qual não são registadas no ativo intangível; e (iii) ativos adquiridos em data posterior, nomeadamente Lazam/MDS.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Sonae MC	476.919.251	472.932.511
Sonae SR	85.168.152	87.653.701
Sonae RP	3.315.934	3.671.352
Gestão de Investimentos	44.784.521	45.140.508
Telecomunicações	-	48.829.978
	<u>610.187.858</u>	<u>658.228.050</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Valor Bruto:		
Saldo inicial	664.502.705	664.766.628
Aquisição da Connectiv e ajustamento do goodwill (Nota 8.2)	(3.383.070)	5.167.775
Atividades descontinuadas (Nota 8.1)	(33.955.548)	-
Goodwill gerado no exercício (Nota 8.3)	3.986.740	-
Outras variações	(1.942.716)	(1.604.413)
Variação cambial	(4.667.471)	(3.827.285)
Saldo final	<u>624.540.640</u>	<u>664.502.705</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	6.274.655	4.953.135
Aumentos (Nota 32)	8.078.127	1.321.520
Saldo final	<u>14.352.782</u>	<u>6.274.655</u>
Valor líquido	<u>610.187.858</u>	<u>658.228.050</u>

A Sonae efetua testes anuais de Imparidade sobre o Goodwill e sempre que existam indicações que o Goodwill pode estar em Imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sonae procedeu à análise de imparidade de Goodwill, tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Sonae SR	2.485.549	-
Sonae RP	355.418	540.273
Gestão de Investimentos	5.237.160	781.247
	<u>8.078.127</u>	<u>1.321.520</u>

O valor de imparidade de goodwill da Sonae SR resulta principalmente de goodwill alocado a lojas que encerraram.

O registo de perdas de imparidade sobre Goodwill no segmento de Gestão de Investimentos, respeita fundamentalmente ao resultado da análise de imparidade de uma insígnia de Retalho incluída no segmento de Gestão de Investimentos, que conduziu à imparidade da totalidade do goodwill alocado a essa insígnia no montante de, aproximadamente, 4.150.000 Euros.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

Unidade de Retalho

Para este efeito os segmentos da área do Alimentar (Sonae MC) e Retalho Especializado (Sonae SR), em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows., através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.





O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Sonae MC	9% a 10%	<= 1%	4%	9% a 10%	<= 1%	3%
Sonae SR - Portugal	9% a 11%	<= 1%	6%	9% a 11%	<= 1%	4%
Gestão de Investimentos (excluindo Sistemas de Informação, Multimédia e Seguros)	8% a 10%	<= 1,5%	6%	8% a 10%	<= 1,5%	5%

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também as atuais condições macro económicas e as restrições no acesso a novos financiamentos, que limitam um processo de internacionalização mais acelerado. A análise anteriormente descrita tem como objetivo demonstrar a recuperação dos ativos não correntes e ativos por impostos diferidos da Sonae SR em Espanha, dado que esta não tem qualquer valor de goodwill alocado.

Gestão de investimentos

Para este efeito os segmentos da área de Gestão de Investimentos os principais pressupostos utilizados são:

Sistemas de informação e Multimédia

No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital, estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	31 dez 2013		
	Base da quantia recuperável	Taxa de desconto	Taxas de crescimento na perpetuidade
Sistemas de Informação	Valor de uso	13%	3%
Multimédia	Valor de uso	12%	0%

Seguros

O valor do goodwill gerado em Portugal, foi alocado a carteiras de clientes do negócio de seguros, pelo que a análise de imparidade é efetuada com base na rentabilidade estimada dessa carteira. Os principais pressupostos para a valorização interna do negócio dos seguros para pode ser analisada como segue:

	31 dez 2013		31 dezembro 2012	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Taxa de crescimento das vendas durante o período projetado	3% a 8,93%	7,8% a 13%	2% a 6%	8% a 12,3%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2%	4,5%	2%	4,5%
Taxa de desconto utilizada	8,9% a 10,7%	13,9%	8,9% a 10,7%	13,9%

13 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os movimentos ocorridos na rubrica Outros Investimentos podem ser decompostos como segue:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Outros investimentos				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	59.877.723	881.581	40.940.837	3.064.147
Aumentos durante o exercício	891.408	155.805.631	580.805	177.247
Diminuições durante o exercício	(21.213.170)	(875.476)	(4.498.750)	(2.359.813)
Aumento/(diminuição) do justo valor	(7.564.124)	46.636.719	3.840.447	-
Transferências (Nota 6)	-	-	19.014.384	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de dezembro	31.991.837	202.448.455	59.877.723	881.581
Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)				
Justo valor em 1 de janeiro	-	30.341	-	2.797.071
Aquisições durante o exercício	-	26.398	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(20.740)	-	(2.766.730)
Justo valor em 31 de dezembro	-	35.999	-	30.341
	31.991.837	202.484.454	59.877.723	911.922

O montante de aumento/diminuição de justo valor e de transferências na rubrica "Outros Investimentos não correntes" está essencialmente associado ao registo a justo valor da participação da Cooper Gay Sweet & Crawford 7.386.736 euros a 31 de dezembro de 2013 (Nota 7).

Em outros investimentos financeiros não correntes estão registados 12.512.681 euros (33.716.476 euros a 31 de dezembro de 2012), relativos a montantes depositados numa Escrow Account (Nota 7). O montante de diminuições nesta rubrica em 2013 resulta da utilização da Escrow Account para pagamentos relativos aos processos cíveis e laborais mencionados na Nota 32. O montante de diminuições na rubrica "Outros investimentos não correntes" em 2012 está associado essencialmente à alienação das ações da Sonae Capital SGPS, SA (Nota 7).

Os montantes de aumento (155.805.631 euros) e aumento no justo valor (46.636.719 euros) na rubrica "Outros Investimentos correntes" estão associados ao registo a justo valor da participação da Zon Optimus (Nota 8). Conforme acordo parassocial estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na Zopt. O justo valor do referido investimento é determinado com base na cotação das ações Zon Optimus e as respetivas variações são registadas na demonstração consolidada dos resultados, dado que esta participação é detida com o objetivo de alienação a curto prazo.

Os outros investimentos financeiros não correntes estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. É entendimento da Sonae que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de Outros





investimentos não correntes inclui 3.134.574 euros (3.306.383 euros a 31 de dezembro de 2012) de investimentos registados ao custo deduzido de perdas de imparidade pelo motivo acima indicado.

Os outros investimentos não correntes estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas (Nota 32) no valor de 257.055 euros (85.778 euros em 31 de dezembro de 2012).

14 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, é o seguinte:

	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	3.570	-	3.570	10.001.942	(1.000.000)	9.001.942
Clientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	818.011	-	818.011	973.963	-	973.963
Reconhecimento do valor a receber da Wall Mart	7.858.057	-	7.858.057	9.468.476	-	9.468.476
Cauções	5.725.333	-	5.725.333	5.919.711	-	5.919.711
Outros	276.249	-	276.249	1.948.869	-	1.948.869
	<u>14.677.650</u>	<u>-</u>	<u>14.677.650</u>	<u>18.311.019</u>	<u>-</u>	<u>18.311.019</u>
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	14.681.220	-	14.681.220	28.312.961	(1.000.000)	27.312.961
Provisões técnicas de resseguro cedido	16.789.943	-	16.789.943	22.126.693	-	22.126.693
Outros ativos não correntes	499.450	-	499.450	91.661	-	91.661
	<u>31.970.613</u>	<u>-</u>	<u>31.970.613</u>	<u>50.531.315</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>49.531.315</u>

Os valores incluídos em "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida por terem carácter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wal-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária "on first demand" pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 7,9 milhões de euros) para fazer face a supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados. A variação no exercício é explicada pela evolução do câmbio do real face ao euro.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efetuado é considerado indevido tendo o Grupo já instaurado processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, através da sociedade Wms - Supermercados do Brasil, S.A. (anteriormente Sonae Distribuição Brasil, S.A., alienada ao Grupo Wal-Mart, como referido supra), no sentido de recuperar judicialmente tais montantes (para a Sonae, por direito de crédito sobre a Wms), cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição definidos na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que foi objeto de pedido de indemnização por parte da Sonae (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expetativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 7 anos, desde o seu início em 2011.

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto, basicamente, por 5.045.333 euros (7.448.667 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a provisões para prémios não adquiridos e 11.744.610 euros (14.678.026 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a provisões para sinistros declarados (Nota 32).

15 INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.125.967	1.447.061
Mercadorias	619.774.885	584.072.124
Produtos acabados e intermédios	478.877	318.157
Produtos e trabalhos em curso	237.215	187.376
	621.616.944	586.024.718
<u>Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 32)</u>	<u>(32.667.082)</u>	<u>(47.538.541)</u>
	588.949.862	538.486.177

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 ascendem a 3.602.380.328 euros e 3.518.309.414 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Inventários iniciais (a)	568.156.694	696.316.589
Compras	3.675.441.541	3.409.388.097
Regularizações de inventários (a)	(9.766.771)	(28.457.790)
Inventários finais	620.900.851	568.156.694
	3.612.930.613	3.509.090.202
<u>Perdas por imparidade (Nota 32)</u>	<u>(10.550.285)</u>	<u>9.219.212</u>
	3.602.380.328	3.518.309.414

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nas rubricas de "Inventários iniciais" e "Regularização de inventários", estão incluídos 18.858.417 euros relativos às operações descontinuadas.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

16 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é o seguinte:

Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Sonae MC	30.899.444	(2.639.880)	28.259.564	25.511.894	(2.797.278)	22.714.616
Sonae SR	13.290.302	(393.922)	12.896.380	6.791.166	(519.778)	6.271.388
Sonae RP	164.896	(47.024)	117.872	851.799	(47.024)	804.775
Telecomunicações	-	-	-	221.226.998	(82.069.573)	139.157.425
Gestão de Investimentos	40.514.254	(3.944.314)	36.569.940	1.789.017	(60.266)	1.728.751
Sonae Holding	417.622	-	417.622	376.774	-	376.774
	85.286.518	(7.025.140)	78.261.378	256.547.648	(85.493.919)	171.053.729

A variação ocorrida na rubrica de 'Clientes' inclui o efeito do desreconhecimento dos valores referentes às empresas do setor das telecomunicações e a reclassificação para o segmento Gestão de Investimentos das empresas do SSI e Multimédia na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 8).





A exposição da Sonae ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2013 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31 dez 2013	Clientes			
	Unidades de retalho	Gestão de investimentos	Sonae Holding	Total
Não vencido	17.265.111	14.449.721	417.622	32.132.454
Vencido mas sem registo de imparidade				
0 - 30 dias	1.768.227	8.280.583	-	10.048.810
30 - 90 dias	21.621.642	5.160.438	-	26.782.080
+ 90 dias	2.177.627	5.373.110	-	7.550.737
Total	25.567.496	18.814.131	-	44.381.627
Vencido com registo de imparidade				
0 - 90 dias	10.777	961.541	-	972.318
90 - 180 dias	44.900	859.287	-	904.187
180 - 360 dias	100.610	1.182.051	-	1.282.661
+ 360 dias	1.365.747	4.247.524	-	5.613.271
Total	1.522.034	7.250.403	-	8.772.437
	44.354.641	40.514.255	417.622	85.286.518

31 dez 2012	Clientes				
	Unidades de retalho	Telecomunicações	Gestão de investimentos	Sonae Holding	Total
Não vencido	10.640.201	51.700.564	312.850	376.480	63.030.095
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	2.413.702	18.008.982	856.513	-	21.279.197
30 - 90 dias	14.638.258	16.684.529	138.293	-	31.461.080
+ 90 dias	1.615.641	24.279.347	421.095	294	26.316.377
Total	18.667.601	58.972.858	1.415.901	294	79.056.654
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	502.766	3.957.205	1.741	-	4.461.712
90 - 180 dias	11.949	2.829.240	1.741	-	2.842.930
180 - 360 dias	78.851	6.284.434	9.071	-	6.372.356
+ 360 dias	3.253.491	97.482.697	47.713	-	100.783.901
Total	3.847.057	110.553.576	60.266	-	114.460.899
	33.154.859	221.226.998	1.789.017	376.774	256.547.648

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado na demonstração da posição financeira consolidada.

17 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	8.599.429	7.947.797
Outros devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	34.270.501	30.250.465
Regime excecional de regulariz.dividas ao fisco e à Segurança social	28.354.934	12.047.569
Depósito a favor da Cosec ^{a)}	11.798.127	-
Dividendos a receber de empresas conjuntamente controladas	10.567.050	10.567.050
Juros e dívidas a receber das atividades descontinuadas	10.936.329	-
Alienação de investimentos financeiros	-	20.535.907
Vales e cheques oferta	3.289.808	2.231.940
IVA de imóveis e de descontos de talões	2.905.724	1.143.779
Operações com resseguradoras	2.102.625	6.638.468
TRS relativo a ações próprias (Nota 22)	410.944	12.693.574
Projeto "Iniciativas E"	-	10.918.467
Adiantamentos a agentes	-	1.479.606
Adiantamentos a fornecedores	665.532	1.406.353
Outros ativos correntes	23.985.624	15.792.142
	129.287.198	125.705.320
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(14.460.950)	(15.711.269)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	123.425.677	117.941.848

a) Valor depositado a favor da COSEC tendo sido recebido em janeiro de 2014;

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde essencialmente a impostos pagos relativos a liquidações de impostos que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pelo qual os mesmos não se encontram provisionados. Face a 31 de dezembro de 2012, a rubrica em causa aumentou, na medida em que o grupo optou por beneficiar do Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido em pagamento de cerca de 17 milhões de euros (Nota 33).

A 31 de dezembro de 2012, a posição líquida do segmento telecomunicações com a "Fundação para as Comunicações Móveis", no âmbito do programa "Iniciativas E", correspondia a um valor a receber no montante de 10.918.467 euros. Estes montantes foram desreconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).





A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 dez 2013	31 dez 2012
Não vencido	52.522.869	61.107.297
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	13.190.190	5.717.263
30 - 90 dias	37.869.908	20.561.119
+ 90 dias	11.243.281	22.608.372
Total	62.303.379	48.886.754
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	205.875	854.012
90 - 180 dias	224.684	753.583
180 - 360 dias	759.187	872.727
+ 360 dias	13.271.204	13.230.947
Total	14.460.950	15.711.269
	129.287.198	125.705.320

A 31 de dezembro 2013 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em “Outros devedores” aproximam-se do seu justo valor.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	44.093.654	41.227.464
Imposto sobre o valor acrescentado	26.880.720	31.316.124
Outros Impostos	1.473.127	2.399.280
	72.447.501	74.942.868
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	13.259.922	8.075.614
Imposto sobre o valor acrescentado	25.201.787	33.082.297
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	5.531.471	5.760.480
Contribuições para a Segurança Social	11.365.579	12.007.806
Outros Impostos	398.366	816.021
	55.757.125	59.742.218

19 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Faturação a emitir	6.251.905	54.632.025
Receitas comerciais	30.455.235	30.687.590
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	12.077.662	24.864.876
Custos diferidos - rendas	6.210.168	6.459.176
Comissões a receber	2.627.215	1.926.548
Indemnizações relativas a sinistros	2.430.736	7.423.141
Outros ativos correntes	11.484.397	13.917.189
	71.537.318	139.910.545

A rubrica “Faturação a emitir” em 31 de dezembro de 2012 correspondia fundamentalmente ao segmento de telecomunicações respeitando a faturação a emitir a clientes e a outros operadores de telecomunicações. Estes ativos foram desconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão

entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).

A rubrica de "Receitas comerciais" diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, participadas por parceiros da Sonae (Nota 38).

A rubrica de "Indemnizações relativas a sinistros" espelha a melhor estimativa da Sonae sobre os valores a serem recuperados da instituição de seguros com que opera, relacionada com o incêndio numa das suas lojas "Continente" em Portimão. A variação de valor face a 2012 resulta do recebimento de parte da referida indemnização em 2013.

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	5.911.741	3.914.608	27.533.300	38.686.766
Homogeneização de amortizações	1.371.758	6.690.907	62.855.081	68.450.708
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	38.828.805	50.059.893	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.663.000	34.731.470	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	13.516.992	-	1.159.359
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	210.756	107.198	60.252	48.946
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	-	3.220.000	-	-
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	25.128.058	23.732.055
Diferimento de custos com angariação de clientes	-	-	-	995.025
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	1.543.774	1.737.802
Prejuízos fiscais reportáveis	62.456.417	100.082.810	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	1.512.257	1.000.609
Benefícios fiscais	4.464.928	9.709.216	-	-
Outros	6.252.459	2.685.397	2.463.247	1.132.330
	<u>123.159.864</u>	<u>224.718.491</u>	<u>121.095.969</u>	<u>136.943.600</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Saldo inicial	224.718.491	221.875.249	136.943.600	134.191.549
Efeito em resultados incluindo operações descontinuadas:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	2.293.557	511.651	(8.154.588)	(1.818.029)
Homogeneização de amortizações	1.247.614	(348.110)	(884.981)	5.445.911
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	24.305.747	11.606.575	463.067	93.775
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(3.863.953)	(9.227.386)	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	(6.685.729)	(1.159.359)	1.146.785
Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável	-	-	(142.627)	(143.299)
Prejuízos fiscais reportáveis	(33.645.656)	3.239.385	-	-
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	(2.146.667)	(3.220.000)	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	1.333.298	1.396.003
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	581.432	(205.410)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(3.917.249)	734.663	(6.863.639)	3.640.629
Benefícios fiscais	12.253.877	6.189.691	-	-
Atividades descontinuadas	(3.559.820)	-	(740.174)	-
Outros	568.886	(54.201)	1.732.237	(4.852.839)
	<u>(6.463.664)</u>	<u>2.746.539</u>	<u>(13.835.334)</u>	<u>4.703.526</u>
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	90.963	130.612	5.156	(574.230)
Outros	(119.978)	(33.909)	(3.017.379)	(1.377.245)
	<u>(29.015)</u>	<u>96.703</u>	<u>(3.012.223)</u>	<u>(1.951.475)</u>
Atividades descontinuadas (Nota 8)	(95.065.948)	-	999.926	-
Saldo final	<u>123.159.864</u>	<u>224.718.491</u>	<u>121.095.969</u>	<u>136.943.600</u>

A rubrica "Prejuízos fiscais reportáveis" inclui a reversão de impostos diferidos ativos no valor de 32,5 milhões de euros que tinham sido registados em períodos anteriores na Worten Espanha e Sport Zone Espanha, por se considerar que existe risco na sua recuperação num horizonte temporal razoável. Os ativos por impostos





diferidos em causa apenas poderiam ser recuperados na esfera individual de cada uma das empresas. Decorrente da revisão dos planos de expansão, a operação de rebranding e a alteração de expectativas do grupo para a evolução dos negócios em causa em Espanha o grupo optou pela sua anulação.

A redução de impostos diferidos inclui o desreconhecimento das atividades descontinuadas e pode ser analisado como segue:

	31 dez 2013		31 dez 2013	
	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	Movimentos no exercício	Unidades descontinuadas	Movimentos no exercício	Unidades descontinuadas
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.126.584)	4.501.586	-	-
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	4.694.863	39.434.788	-	-
Benefícios fiscais (SIFIDE e RFAI)	4.559.485	12.524.383	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	603.240	30.866.513	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(3.024.517)	10.225.164	-	-
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	(2.146.667)	1.073.334	-	-
Outros	-	-	740.174	259.752
	3.559.820	98.625.768	740.174	259.752

Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 23%, devido à alteração de taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. No caso diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 24,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2007	-	-	2013	1.223.112	305.778	2013
Gerados em 2008	1.296.239	298.135	2014	1.399.902	349.975	2014
Gerados em 2009 (a)	145.240	33.405	2015	22.658.706	5.664.676	2015
Gerados em 2010	99.670	22.924	2014	99.670	24.918	2014
Gerados em 2011	1.199.591	294.472	2015	1.214.539	303.635	2015
Gerados em 2012	87.055	20.023	2017	87.055	21.764	2017
Gerados em 2013	-	-	2018	-	-	-
	2.827.795	668.959		26.682.984	6.670.746	
Sem limite de data de utilização	-	-		1.076.048	134.506	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (b)	205.722.563	61.787.458		310.915.439	93.277.558	
	208.550.358	62.456.417		338.674.471	100.082.810	

(a) A redução de 2012 para 2013 resulta do desreconhecimento das atividades descontinuadas;

(b) Inclui a 31 de dezembro de 2013 cerca de 58 milhões de euros (76 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a ativos por impostos diferidos cujo prazo de utilização ainda não se iniciou. A redução face ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, está associada à reversão de ativos por impostos diferidos nas operações do grupo, na área do Retalho, em Espanha.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2013 no segmento do Retalho um valor de 57,9 milhões de euros (57,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos relativos à operação do grupo em Espanha, estão dependentes do cumprimento efetivo dos planos de negócios a 10 anos, aprovados pelo Conselho de Administração para aqueles mercados e para as Empresas que fazem parte do perímetro fiscal em Espanha. Estes planos foram também utilizados na análise de imparidade dos restantes ativos não correntes.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007, no entanto em 2012 e 2013 esta taxa foi reduzida para 1%. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização efetuada para efeitos fiscais do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal).

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 83,7 milhões de euros (79,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Relativamente a esta natureza mantêm-se constatados ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de 25,1 milhões de euros (23,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 356,6 milhões de euros (322,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dez 2013			31 dez 2012		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização (b)						
Gerados em 2007	-	-	2013	55.856.584	13.964.147	2013
Gerados em 2008	8.723.778	2.120.486	2014	9.842.086	2.460.522	2014
Gerados em 2009	10.226.350	2.404.541	2015	18.025.218	4.506.304	2015
Gerados em 2010	11.187.572	2.624.821	2014	15.161.998	3.790.499	2014
Gerados em 2011	7.520.472	1.784.165	2015	7.520.471	1.880.118	2015
Gerados em 2012	11.599.479	2.756.301	2017	11.693.227	2.923.307	2017
Gerados em 2013	17.313.620	4.036.044	2018	-	-	
	66.571.271	15.726.358		118.099.584	29.524.897	
Sem limite de data de utilização	36.681.986	7.303.523		36.048.907	9.941.860	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a)	253.301.226	70.394.923		168.461.162	43.067.009	
	356.554.483	93.424.804		322.609.653	82.533.766	





- (a) O aumento face ao período anterior está essencialmente associado à reversão de Ativos por Impostos Diferidos na operação de retalho do grupo em Espanha;
- (b) A redução de 2012 para 2013 resulta do desconhecimento das atividades descontinuadas.

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Numerário	7.547.903	7.117.200
Depósitos bancários	197.242.711	290.568.494
Aplicações de tesouraria	161.518.304	78.949.469
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	366.308.918	376.635.163
Descobertos bancários (Nota 24)	(439.462)	(13.267.254)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	365.869.456	363.367.909

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos bancários.

22 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 15 de novembro de 2007, a Sonae Holding alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 ações Sonae Holding detidas diretamente pela própria sociedade. As ações foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por ação e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae Holding, celebrou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 ações Sonae Holding, representativas de 6,64% do respetivo capital social.

Esta transação tem liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transação permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas ações, a Sonae Holding optou por manter as ações próprias no sua demonstração da posição financeira consolidada tendo registado um passivo na rubrica de "Outras dividas a terceiros" (Nota 30), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das 132.800.000 ações (138.568.275 euros), tendo registado com referência à data da transação na rubrica Outros passivos não correntes o montante do valor recebido relativo às ações referidas (273.568.000 euros).

Em consequência do destaque, em 4 de janeiro de 2008, dos direitos de cisão da Sonae Capital, SGPS, SA atribuíveis às ações da Sonae Holding, objeto do contrato acima referido, foi registado um ativo correspondente ao justo valor dos direitos atribuídos às 132.800.000 ações Sonae Holding mantendo-se registado no passivo a correspondente responsabilidade uma vez que foi também celebrado um Cash Settled Equity Swap sobre as ações Sonae Capital, SGPS, SA.

No período de 2009 a 2013 a Sonae Investments BV solicitou o cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap relativamente a 10.719.496 ações Sonae Holding respetivamente, passando o instrumento financeiro derivado a incidir sobre 122.080.504 ações Sonae Holding.

Em 19 de Outubro de 2010 a Sonae Investments BV acordou com a instituição financeira a prorrogação do prazo de maturidade do Cash Settled Equity Swap sobre as ações Sonae Holding. A renovação é efetuada por um prazo máximo adicional de 3 anos, até Novembro de 2013 e mantém o mecanismo de liquidação da transação que continua a ser estritamente financeira. A operação de Cash Settled Equity Swap, sobre títulos Sonae Capital, não foi objeto de prorrogação do prazo de maturidade, tendo a Sonae adquirido em mercado 16.600.000 ações Sonae Capital, representativas de 6,6% do capital social pelo seu justo valor e que correspondia ao valor do passivo que se encontrava registado à data da transação, durante 2012 as ações Sonae Capital foram alienadas. Em novembro de 2013 foi efetuada nova renovação por um período adicional de um ano, mantendo-se as restantes condições inalteradas.

Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo é de 103.289.056 euros (Nota 30) (84.664.905 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo ao valor de mercado das ações Sonae Holding.

O valor destes passivos é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da ação Sonae Holding sendo registado um ativo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente (Nota 17). A 31 de dezembro de 2013 o valor a receber decorrente do efeito da variação de preço da Sonae SGPS, SA é de 410.944 euros (12.693.574 euros em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os gastos relativos ao “floating amount” os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos distribuídos pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. O valor de dividendos atribuídos às ações Sonae SGPS, SA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ascendeu a 4.040.865 euros (4.079.197 euros em 2012) que foram creditados em capitais próprios.





O número de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação, considera ainda as ações acima referidas como dedução às ações emitidas pela Empresa (Nota 44).

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2013:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,48

A estrutura do capital é analisada na secção do Relatório de Gestão: "Análise financeira".

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram os seguintes:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Saldo inicial em 1 de janeiro	349.901.121	336.803.275
Dividendos distribuídos	(11.035.037)	(11.481.147)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(2.587.351)	(5.986.265)
Variação de percentagem por aquisição de ações	(131.471.460)	(20.745.608)
Variação resultante da conversão cambial	(2.469.207)	(2.094.864)
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	2.023.158	(257.882)
Variação no justo valor de investimentos disponíveis para venda (Nota 13)	(3.692.629)	1.919.839
Cancelamento dos planos de incentivos de unidades descontinuadas (Nota 8)	(1.612.922)	-
Variação das reservas de cobertura	17.059	(68.165)
Aumento de capital e prémio de emissão	-	1.166.629
Entradas facultativas de capital	-	15.000.000
Perda de influência significativa (Cooper Gay Swett & Crawford)	-	1.775.180
Outras variações	212.326	(5.247.995)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	145.040.771	39.118.124
Saldo final em 31 de dezembro	344.325.829	349.901.121

A rubrica "Variação de percentagem por aquisição de ações" em 2013 está sobretudo associada à operação de aquisição de 20% do capital social da Sonaecom SGPS, SA realizado pela Sonae SGPS, SA durante o exercício de 2013 (Nota 5).

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae, SGPS, SA / 2012	1.961.683	-	1.961.683	-
Sonae, SGPS, SA / 2012/2015	-	75.000.000	-	75.000.000
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	-	20.000.000	-	-
Sonae Investimentos, SGPS, SA - papel comercial	32.500.000	65.000.000	28.500.000	147.500.000
Filial da Sonae Investimentos / 2011/2016	20.000.000	45.000.000	10.000.000	65.000.000
Sonaecom SGPS, SA - papel comercial	-	-	-	30.000.000
MDS, SGPS, SA - papel comercial	2.500.000	15.700.000	1.250.000	17.400.000
Filial da MDS SGPS, SA / 2011/2016	3.530.206	12.125.491	-	18.863.880
Outros	4.925.194	9.429.115	10.614.896	12.016.722
	<u>65.417.083</u>	<u>242.254.606</u>	<u>52.326.579</u>	<u>365.780.602</u>
Descobertos bancários (Nota 21)	439.462	-	13.267.254	-
Custos de montagem de financiamentos	(64.638)	(1.090.766)	(36.152)	(1.642.943)
Empréstimos bancários	<u>65.791.907</u>	<u>241.163.840</u>	<u>65.557.681</u>	<u>364.137.659</u>
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae SGPS / 2005/2013	-	-	100.000.000	-
Obrigações Sonae SGPS / 2007/2014	150.000.000	-	-	150.000.000
Obrigações Sonae SGPS / 2007/2015	-	250.000.000	-	250.000.000
Obrigações Continente -7% / 2012/2015	-	200.000.000	-	200.000.000
Obrigações Sonae Investimentos SGPS / 2007/2015	-	200.000.000	-	200.000.000
Obrigações Sonae Investimentos SGPS / 2007/2015	-	155.000.000	155.000.000	155.000.000
Obrigações Sonae Investimentos SGPS / 2009/2014	10.000.000	-	16.000.000	10.000.000
Obrigações Sonae Investimentos SGPS/ 2012/2017	-	170.000.000	-	170.000.000
Obrigações Sonae Investimentos SGPS/ 2013/2018	-	50.000.000	-	-
Sonae Investimentos SGPS/2013-EUR 75 M.Floating R.Notes-2018	-	75.000.000	-	-
Obrigações Sonaecom SGPS / 2005/2013	-	-	150.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS / 2010/2013	-	-	30.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS / 2010/2015 (a)	-	-	-	40.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS / 2011/2015 (a)	-	-	-	100.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS / 2012/2015 (b)	-	-	-	20.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS / 2013/2016	-	20.000.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(37.642)	(6.600.100)	(179.312)	(7.055.545)
Empréstimos por obrigações	<u>159.962.358</u>	<u>1.113.399.900</u>	<u>450.820.688</u>	<u>1.287.944.455</u>
Outros empréstimos	<u>33.466</u>	<u>53.936</u>	<u>33.466</u>	<u>90.166</u>
Instrumentos derivados (Nota 26)	3.836.167	-	2.627.817	6.993.896
Outros empréstimos	<u>3.869.633</u>	<u>53.936</u>	<u>2.661.283</u>	<u>7.084.062</u>
Credores por locações financeiras (Nota 25)	<u>4.314.843</u>	<u>7.980.489</u>	<u>7.037.038</u>	<u>27.593.734</u>
	<u>233.938.741</u>	<u>1.362.598.165</u>	<u>526.076.690</u>	<u>1.686.759.911</u>

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus (Nota 8), os empréstimos obrigacionistas de 100 milhões de euros e 40 milhões de euros foram cedidos à Zon Optimus;
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus (Nota 8), o empréstimo obrigacionista de 20 milhões de euros foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus a capacidade de utilização desta linha de crédito, sob a forma de papel comercial e pelo mesmo montante.

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2013 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 3,19% (2,83% em 31 de dezembro de 2012). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, com exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7% que é determinado através do preço de mercado à data do balanço.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).





O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) tem as seguintes maturidades:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	230.204.854	52.121.234	523.664.337	58.827.139
N+2	953.858.993	46.076.262	218.237.298	53.350.955
N+3	159.231.129	17.989.775	1.147.031.249	41.879.085
N+4	99.897.102	8.909.862	202.327.938	11.888.422
N+5	149.488.617	4.761.426	101.814.617	3.438.725
Após N+5	7.813.190	225.694	19.053.401	644.212
	<u>1.600.493.885</u>	<u>130.084.253</u>	<u>2.212.128.840</u>	<u>170.028.538</u>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2013 no segmento de Unidades de Retalho existiam em algumas operações de financiamento compromissos de manutenção de covenants cujas condições se encontram previamente negociados de acordo com as práticas normais de mercado. À data do reporte as empresas do mencionado segmento de negócio não se encontram em incumprimento de nenhum dos referidos compromissos e, o Conselho de Administração considera improvável a ocorrência de tais incumprimentos.

À data de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as linhas de crédito disponíveis são:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Unidades de retalho	324.760.000	310.000.000	185.763.449	400.000.000
Telecomunicações	-	-	69.000.000	-
Gestão de investimentos	19.550.000	-	3.000.000	1.350.000
Sonae Holding	152.695.242	-	152.695.242	-
	<u>497.005.242</u>	<u>310.000.000</u>	<u>410.458.691</u>	<u>401.350.000</u>
Montantes de linhas contratadas				
Unidades de retalho	357.260.000	375.000.000	227.260.000	547.500.000
Telecomunicações	-	-	69.000.000	30.000.000
Gestão de investimentos	21.500.000	16.250.000	4.250.000	18.750.000
Sonae Holding	152.695.242	20.000.000	152.695.242	-
	<u>531.455.242</u>	<u>411.250.000</u>	<u>453.205.242</u>	<u>596.250.000</u>

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	4.826.404	8.854.409	4.314.843	7.037.038
N+2	2.853.682	5.889.151	2.735.741	4.743.290
N+3	2.781.887	6.215.015	2.714.799	5.249.632
N+4	860.712	5.230.293	829.697	4.504.835
N+5	586.948	2.743.611	561.704	2.201.459
Após N+5	1.156.046	12.317.802	1.138.548	10.894.518
	13.065.679	41.250.281	12.295.332	34.630.772
Juros futuros	(770.347)	(6.619.509)		
	12.295.332	34.630.772		
Componente de curto prazo			4.314.843	7.037.038
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			7.980.489	27.593.734

A variação face a 2012 deve-se essencialmente ao desreconhecimento dos passivos referentes às empresas do setor das telecomunicações (Nota 8).

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objeto de locação financeira	31 dez 2013	31 dez 2012
Terrenos e edifícios	17.435.119	17.740.946
Equipamento básico	867.727	19.627.978
Equipamento transporte	-	18.775
Equipamento administrativo	2.669.769	6.766.188
Total de ativos fixos tangíveis	20.972.615	44.153.887
Software	-	856.718
Total de ativos intangíveis	-	856.718
	20.972.615	45.010.605

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendia a 34.429.748 euros (73.081.529 euros em 31 de dezembro de 2012).

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos "forwards" de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.





Em 31 de dezembro de 2013 não existem derivados de taxa de câmbio que sejam considerados de especulação. O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 1.415.143 euros, e no ativo de 35.999 euros (953.531 euros no passivo e 30.341 euros no ativo em 31 de dezembro de 2012).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de "Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiras".

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de "Reservas de cobertura", quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica "Diferenças Cambiais Operacionais", quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos".

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Sonae existentes em 31 de dezembro de 2013, respeitam, fundamentalmente a "swaps" e opções de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 150.000.000 euros (250.000.000 euros em 31 de dezembro de 2012) cujo justo valor líquido ascendia a -2.421.024 euros (-8.668.182 euros em 31 de dezembro de 2012) de derivados registados no passivo.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos, admitindo o exercício da opção de cancelamento por parte das contrapartes a partir do momento em que as taxas de juro forward sejam superiores à taxa fixa contratada. É intenção da Sonae deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os derivados tinham os seguintes cash-flows estimados:

	31 dez 2013	31 dez 2012
N+1	(2.423.065)	(6.297.744)
N+2	-	(2.393.076)
N+3	-	-
N+4	-	-
N+5	-	-

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efetuadas pela Sonae com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2013 a Sonae não tem contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro em simultâneo.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

Derivados de cobertura	Ativos		Passivos	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Taxa de câmbio	35.999	30.341	1.415.143	953.531
Taxa de juro	-	-	2.421.024	8.668.182
	35.999	30.341	3.836.167	9.621.713

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Acionistas	13.298.924	22.678.988
Fornecedores de ativos fixos	1.626.708	1.676.708
Espectro para 4ª Geração	-	21.602.124
Outras dívidas a terceiros não correntes	3.210.995	8.351.019
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	18.136.627	54.308.839
Sociedade de informação	-	13.944.247
Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia (Nota 2.17)	25.679.570	14.550.263
Outros acréscimos e diferimentos	7.431.684	5.155.082
Outros passivos não correntes	51.247.881	87.958.431

A rubrica de “Acionistas” corresponde a valores de financiamento de acionistas em empresas participadas, fundamentalmente dos segmentos Retalho e Gestão de Investimentos. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

A rubrica “Espectro para 4ª Geração” a 31 de dezembro de 2012 corresponde ao valor atual a essa data do montante a pagar nos próximos anos, resultante da atribuição à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços da 4ª Geração. Este passivo bem com o relativo à Sociedade de Informação foram desreconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).

A rubrica de “Outros acréscimos e diferimentos”, inclui o montante de, aproximadamente, 3,4 milhões de euros, associado à linearização de rendas em contratos de locação operacional de lojas do retalho.

Estima-se que os valores incluídos em “Outras dívidas a terceiros não correntes” sejam aproximadamente o seu justo valor.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae concedeu em 2013 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.





A 31 de dezembro de 2013, todos os planos de ações Sonae Holding estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em “Outras reservas” por contrapartida de “Gastos com o pessoal” pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2013, 2012 e 31 de Dezembro de 2011 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o número total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto podem ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes		Cotação na data de atribuição		Número de ações			
		Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom	31 dez 2013		31 dez 2012	
						Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom
2010	2013					-	-	1.557.748	250.987
2011	2014	55	44	0,811	1,399	3.984.562	477.778	4.112.348	2.944.458
2012	2015	61	45	0,401	1,256	6.648.312	540.805	6.959.217	3.057.697
2013	2016	65	46	0,701	1,505	3.471.375	406.903	-	-
						<u>14.104.249</u>	<u>1.425.486</u>	<u>12.629.313</u>	<u>6.253.142</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae		Ações Sonaecom	
	Número agregado de participantes	Nº de ações	Número agregado de participantes	Nº de ações
Saldo a 31 de dezembro de 2012	141	12.629.313	731	6.253.142
Atribuídas	71	3.739.546	346	2.335.126
Vencidas	(9)	(1.557.748)	(4)	(247.423)
Saídas de empresas do perímetro de consolidação	(12)	(410.509)	(946)	(6.898.655)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(10)	(296.353)	8	(16.704)
<u>Saldo a 31 de dezembro de 2013</u>	<u>181</u>	<u>14.104.249</u>	<u>135</u>	<u>1.425.486</u>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações de capital social e outros ajustamentos.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o justo valor total das ações atribuídas das responsabilidades decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor*			
		31 dez 2013		31 dez 2012	
		Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom
2010	2013	-	-	980.992	340.736
2011	2014	3.831.488	212.649	1.648.023	2.543.766
2012	2015	3.487.040	269.234	1.195.246	1.132.112
2013	2016	606.912	47.778	-	-
<u>Total</u>		<u>7.925.440</u>	<u>529.661</u>	<u>3.824.261</u>	<u>4.016.614</u>

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	3.547.677	2.514.124
Registado em exercícios anteriores	2.928.998	3.839.894
	6.476.675	6.354.018
Registado em outros passivos	592.658	475.223
Valor registado em Outras reservas	5.884.017	5.878.795
	6.476.675	6.354.018

29 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2013	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae MC	647.057.352	646.970.033	87.319
Sonae SR	358.020.378	358.002.581	17.797
Sonae RP	1.138.132	1.096.603	41.529
Gestão de Investimentos	27.805.482	27.776.798	28.684
Sonae Holding	87.460	87.460	-
	1.034.108.804	1.033.933.475	175.329
Fornecedores, faturas em receção e conferência	128.208.878	128.208.878	-
	1.162.317.682	1.162.142.353	175.329

	31 dez 2012	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae MC	648.181.889	648.125.089	56.800
Sonae SR	329.929.456	329.911.245	18.211
Sonae RP	1.865.266	1.837.169	28.097
Telecomunicações	131.179.782	101.266.174	29.913.608
Gestão de Investimentos	9.989.163	9.896.898	92.265
Sonae Holding	183.564	183.564	-
	1.121.329.120	1.091.220.139	30.108.981
Fornecedores, faturas em receção e conferência	100.443.607	100.443.607	-
	1.221.772.727	1.191.663.746	30.108.981

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

A partir do ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores dos Segmentos Sonae MC e Sonae SR o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efetuar o seu desconto em data antecipada. Em 31 de dezembro de 2013, o valor das dívidas nesta situação ascendia a 79.077.211 euros (71.680.001 euros em 31 de dezembro de 2012).





30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2013	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	140.215.384	36.796.692	265.659	103.153.033
Outras dívidas	173.098.204	67.215.132	1.520.445	104.362.627
	313.313.588	104.011.824	1.786.104	207.515.660
Empresas participadas e participantes	-			
	313.313.588			

	31 dez 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	82.777.613	80.559.285	770.919	1.447.409
Outras dívidas	144.551.555	41.610.534	7.354.070	95.586.951
	227.329.168	122.169.819	8.124.989	97.034.360
Empresas participadas e participantes	452.456			
	227.781.624			

A rubrica "Fornecedores de ativos fixos" inclui o valor de 102.095.077 euros relativos ao acordo com uma subsidiária da France Telecom ("FT - Orange") relativo à transferência de 20% do capital social da Sonaecom SGPS, SA pela Sonae SGPS, SA. Considerando que os direitos relativos às ações objeto deste acordo passaram a ser imputados à Sonae, procedeu-se ao registo deste ativo como aquisição com pagamento diferido. O valor pelo qual se procedeu ao registo corresponde ao preço acordado caso ocorresse a operação de consolidação do setor das telecomunicações em Portugal (facto que se confirmou posteriormente) descontado para o momento da aquisição. Este valor está a ser atualizado com base em taxas de juro de mercado, e será liquidado em agosto de 2014.

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 103.449.607 euros (84.664.905 euros em 31 de dezembro de 2012) referentes ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22;
- 24.881.013 euros (22.632.350 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 13.229.762 euros (8.690.788 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 4.320.249 euros (5.208.150 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 33);
- 3.838.573 euros (2.262.387 euros a 31 de dezembro de 2012) relativos a valores a pagar a companhias de seguros, tomadores de seguros e agentes de seguros; e
- 5.541.899 euros (7.309.099 euros a 31 de dezembro de 2012) relativos a valores a pagar relacionados com operações de resseguros.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros, com exceção do valor em dívida à France Telecom, o qual se encontra reconhecido pelo seu valor atualizado. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Gastos com o pessoal	106.440.174	115.799.220
Outros fornecimentos e serviços externos	41.371.260	49.041.584
Encargos financeiros a liquidar	15.321.429	16.796.482
Publicidade e propaganda	14.853.351	17.812.013
Receitas antecipadas de clientes	10.813.245	24.547.723
Gastos com compras	5.090.656	7.345.148
Rendas e alugueres	4.207.271	5.064.320
Diferimento do rédito de extensões de garantia (Nota 2.17)	3.532.918	-
Seguros a liquidar	2.252.529	1.222.338
Faturação a emitir por operadores a)	-	30.053.910
Acréscimos relativos a ativos fixos a)	-	10.940.733
Comissões a agentes	45.287	2.858.892
Outros	10.740.474	21.381.720
	<u>214.668.594</u>	<u>302.864.083</u>

a) Estes passivos foram desreconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 8).

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 31 dez 2012	Aumentos	Diminuições	Atividades descontinuadas	Saldo em 31 dez 2013
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6 e 13)	1.187.115	1.171.277	-	-	2.358.392
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 10)	-	153.947.912	(1.064.302)	-	152.883.610
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	17.803.982	186	-	(16.307.049)	1.497.119
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 14)	1.000.000	-	(1.000.000)	-	-
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	85.493.919	19.440.260	(25.395.513)	(72.513.526)	7.025.140
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	15.711.269	5.182.972	(5.784.217)	(649.074)	14.460.950
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	47.538.541	-	(12.567.829)	(2.303.630)	32.667.082
Provisões não correntes	114.470.445	15.705.225	(44.291.514)	(35.224.237)	50.659.919
Provisões correntes	2.426.809	1.236.000	(834.302)	-	2.828.507
	<u>285.632.080</u>	<u>196.683.832</u>	<u>(90.937.677)</u>	<u>(126.997.516)</u>	<u>264.380.719</u>

Rubricas	Saldo em 31 dez 2011	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dez 2012
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6 e 13)	94.406	1.101.337	(8628)	1.187.115
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 14)	-	1.000.000	-	1.000.000
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 11)	17.803.982	-	-	17.803.982
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	82.155.922	20.784.764	(17.446.767)	85.493.919
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	21.061.746	8.231.857	(13.582.334)	15.711.269
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	48.303.523	764.982	-	47.538.541
Provisões não correntes	91.036.377	36.324.755	(12.890.687)	114.470.445
Provisões correntes	2.266.767	235.726	(75.684)	2.426.809
	<u>262.722.723</u>	<u>68.443.421</u>	<u>(44.004.100)</u>	<u>285.632.080</u>





Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Provisões e perdas por imparidade	187.418.749	27.686.119
Atividades descontinuadas	20.307.476	21.053.397
Diferenças de consolidação (Nota 12)	(8.078.127)	(1.321.520)
Transferências de ativos não correntes (Nota 14) (a)	1.100.000	1.101.337
Registada em custo das vendas (Nota 15)	-	9.219.212
Reclass. responsabilidades registadas em "Outros passivos correntes"	-	1.658.066
Provisão técnicas de resseguros	-	17.225.851
Outros	(4.064.266)	(8.179.041)
	<u>196.683.832</u>	<u>68.443.421</u>

(a) Transferência de perdas de imparidade de "Outros ativos não correntes".

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor de diminuições de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Reversão de provisões e de perdas por imparidade	(12.646.544)	(10.544.117)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(26.869.439)	(22.390.153)
Utilização de provisão do Brasil	(19.183.612)	-
Utilizações e reversões registados em inventários	(10.550.285)	-
Utilização Provisão técnica de Resseguros	(6.668.766)	-
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(1.312.302)	(8.964.477)
Atividades descontinuadas reversões registadas no exercício	(11.454.683)	-
Transferências para investimentos (Nota 14) (a)	(1.100.000)	-
Outras responsabilidades (d)	(1.152.046)	(2.105.353)
	<u>(90.937.677)</u>	<u>(44.004.100)</u>

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Provisão técnicas de resseguros (a)	18.116.091	24.410.745
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas (b)	13.470.170	24.423.571
Desmantelamento de sites	-	13.983.949
Garantias de clientes (c)	13.890.215	19.316.820
Processos judiciais em curso	2.592.579	6.933.018
Outras responsabilidades (d)	5.419.371	27.829.151
	<u>53.488.426</u>	<u>116.897.254</u>

(a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto por 3.586.112 euros (3.212.000 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a provisões para prémios não adquiridos e 14.529.979 euros (21.198.745 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo "Provisões técnicas de resseguro cedido" (Nota 14) e "Outras dívidas de terceiros" (Nota 17);

(b) As rubricas "Provisões não correntes" e "Provisões correntes" inclui 13.470.170 euros (24.423.571 euros em 31 de dezembro de 2012) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidade e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor. Durante o exercício o Grupo procedeu a uma alteração de estimativa com base nos resultados do último processo de conferência de valores com o comprador da antiga subsidiária no Brasil;

- (c) A rubrica de “Provisões não correntes” e “Provisões correntes” e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transacionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de 15.126.215 euros (19.316.820 euros em 31 de dezembro de 2012). Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória;
- (d) A rubrica “Outras Responsabilidades” inclui em 2012 o valor de cerca de 19 milhões de euros relativos a custos imputados ao exercício corrente ou a exercícios passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa, nos quais se incluem o montante de cerca de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 e 5,2 milhões de euros relacionados com descontos de roaming. Estas responsabilidades foram desreconhecidas como resultado do processo de fusão da Zon Optimus (Nota 8).

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

- Garantias e fianças prestadas

	31 dez 2013	31 dez 2012
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	853.320.334	545.729.951
por processos judiciais em curso	211.268	289.988
por processos autárquicos em curso	6.284.639	6.140.484
contratuais por bom cumprimento	19.829.236	24.966.958
ICP - ANACOM relacionada com o espetro 4ª geração	-	30.000.000
outras garantias	3.531.287	12.952.128

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 375 milhões de euros (193,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) relativos aos períodos de 2004 a 2009, relativos às Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou ou pretende apresentar as respetivas impugnações. A variação no valor das garantias ou e fianças prestadas face ao exercício anterior, resulta sobretudo das liquidações sobre os exercícios de 2008 e de 2009. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão;





- Processos referentes a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 71,4 milhões de euros a favor da Administração Fiscal relativos ao exercício de 2007, 2008 e 2009. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes;
- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Fiança no valor de cerca de 50 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal o reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 22,4 milhões de euros (65,6 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 37,5 milhões de euros (122 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 28 milhões de euros (12 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012) tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto.

c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2013, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (28,3 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2013 a 37,8 milhões de euros (39,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 61,3 milhões de euros (61,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial;

- Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 48.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

34 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, ascenderam a 7.318.963 euros e 6.054.795 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.674.722	2.565.216
N+1	3.136.169	3.555.872
N+2	2.524.155	2.973.480
N+3	2.178.600	2.126.479
N+4	1.649.953	1.600.837
N+5	2.214.665	1.218.532
Após N+5	3.178.231	1.075.010
	<u>18.556.495</u>	<u>15.115.426</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 102.969.532 euros (135.810.961 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Sonae age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sonae tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	10.440.169	15.717.772
N+1	90.382.777	122.376.391
N+2	80.466.716	113.367.351
N+3	72.492.231	99.247.492
N+4	64.103.323	87.757.974
N+5	58.414.669	77.393.161
Após N+5	501.862.182	537.084.095
	<u>878.162.067</u>	<u>1.052.944.236</u>





A redução de 2012 para 2013 resulta do desreconhecimento das atividades descontinuadas (Nota 8);

35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Vendas de mercadorias	4.645.087.783	4.510.669.049
Vendas de produtos	10.672.836	12.454.179
	4.655.760.619	4.523.123.228
Prestações de serviços	165.580.722	146.664.218
Vendas e prestações de serviços	4.821.341.341	4.669.787.446

36 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Dividendos	96.645	216.683
Alienação da Cooper Gay Swett & Crawford	-	11.756.086
Outros	15.687	60.317
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais e associadas	15.687	11.816.403
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda (Nota 6)	-	1.592.654
Outros	(23.005)	3.471.588
Imparidade de investimentos em filiais	-	-
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 6)	-	(1.101.337)
Imparidade de investimentos em ativos disponíveis para venda	(102.009)	-
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(102.009)	(1.101.337)
	(12.682)	15.995.991

Em "Outros" em 2012 está incluído o valor de 3.464.657 euros relativos ao justo valor da participação retida na Cooper Gay Swett & Crawford (Nota 7).

37 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(19.213.293)	(19.857.769)
relativos a obrigações não convertíveis	(43.461.456)	(50.075.846)
relativos a contratos de locação financeira	(357.649)	(260.229)
relativos a derivados de cobertura	(6.138.158)	(5.928.650)
outros	(9.231.445)	(5.156.518)
	<u>(78.402.001)</u>	<u>(81.279.012)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.675.916)	(5.190.408)
Encargos de emissão de dívida	(10.458.794)	(9.165.094)
Outros	(4.534.058)	(6.949.690)
	<u>(97.070.769)</u>	<u>(102.584.204)</u>
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	808.703	1.788.318
outros	8.015.296	1.697.241
	<u>8.823.999</u>	<u>3.485.559</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	3.835.202	4.369.916
Descontos de pronto pagamento obtidos	14.222	62.372
Ajustamento de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 13)	46.636.719	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2.579.560	485.785
	<u>61.889.702</u>	<u>8.403.632</u>
Resultados financeiros	<u>(35.181.067)</u>	<u>(94.180.572)</u>

A rubrica de rendimentos e ganhos financeiros, inclui, aproximadamente, o montante de 5,7 milhões de euros de juros debitados à Zon Optimus, entidade conjuntamente controlada.

38 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Proveitos suplementares	379.393.595	368.583.842
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.356.062	26.107.864
Diferenças câmbio favoráveis	14.976.163	9.129.377
Trabalhos para a própria empresa	5.884.457	9.701.657
Ganhos na alienação de ativos	1.051.920	2.494.384
Reversão de perdas de imparidade e provisões	12.646.544	10.544.117
Subsídios	419.044	287.866
Restituição de impostos	758.261	574.246
Outros	3.857.127	5.988.167
	<u>445.343.173</u>	<u>433.411.520</u>





A rubrica de “Proveitos Suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retalho, participadas pelos parceiros da Sonae.

A rubrica “Ganhos na alienação de ativos” incluiu cerca de 2,5 milhões de euros em 2012 associados ao ganho decorrente da estimativa de indemnização do incêndio de uma loja “Continente” em Portimão (nota 19).

39 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Rendas e alugueres	138.590.499	141.940.954
Publicidade e propaganda	105.131.610	111.113.840
Eletricidade e combustíveis	54.284.751	59.585.231
Transportes de mercadorias	52.644.415	50.340.411
Trabalhos especializados	51.154.872	48.983.308
Subcontratos	27.175.169	27.806.926
Conservação e reparação	23.312.451	22.999.080
Custos com terminais pagamento automático	22.904.474	23.647.388
Vigilância e segurança	20.606.729	22.790.932
Limpeza, higiene e conforto	19.826.527	20.900.548
Materiais de consumo	16.435.275	15.672.331
Deslocações e estadas	14.371.088	12.049.980
Comissões	8.254.359	8.828.162
Seguros	7.314.724	5.900.462
Comunicação	6.969.308	4.855.696
Entregas ao domicílio	5.395.933	5.749.667
Outros	41.462.094	39.363.210
	<u>615.834.278</u>	<u>622.528.126</u>

40 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Remunerações	488.189.641	485.593.140
Encargos sobre remunerações	100.111.274	97.345.814
Seguros	10.123.390	9.142.790
Gastos com ação social	3.989.530	3.399.708
Outros gastos com pessoal	9.435.318	10.313.321
	<u>611.849.153</u>	<u>605.794.773</u>

41 OUTROS GASTOS

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Varição cambial	14.805.576	9.173.380
Outros impostos	9.334.866	8.375.995
Perdas na alienação e abates de ativos	4.427.435	1.278.351
Imposto municipal sobre imóveis	2.268.245	2.690.816
Donativos	7.792.030	8.576.518
Dívidas incobráveis	184.649	1.045.964
Outros gastos	25.070.492	6.156.429
	<u>63.883.293</u>	<u>37.297.453</u>

42 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são detalhados como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Imposto corrente	23.278.422	19.926.899
Imposto diferido (Nota 20)	(7.369.211)	2.434.680
	<u>15.909.211</u>	<u>22.361.579</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 pode ser analisada como segue:





	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Resultado antes de impostos	(33.923.844)	(6.780.072)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(672.581)	(7.386.692)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	(2.955.910)	24.382.535
Imparidade de goodwill (Nota 12)	8.078.127	1.321.520
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	21.859.110	17.101.337
Lucro tributável	(7.615.098)	28.638.628
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(8.749.020)	-
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	35.022.382	36.291.601
	18.658.264	64.930.229
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	4.664.566	16.232.557
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(13.038.729)	(7.498.355)
Efeito da anulação de impostos diferidos (Nota 20)	32.850.671	-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	-	(1.681.293)
Efeito de alteração de taxa no cálculo de impostos diferidos	(2.946.390)	-
Utilização de benefícios fiscais	(8.773.664)	(2.903.245)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(1.350.607)	1.792.900
Tributação autónoma	1.908.366	1.586.008
Derrama	3.947.485	11.639.237
Outros	(1.352.487)	3.193.770
Imposto sobre o rendimento	15.909.211	22.361.579

4.3 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Empresa - Mãe	156.318	155.727	639.261	302.932
Empresas controladas conjuntamente	13.203.632	11.179.046	34.092.856	34.891.902
Empresas associadas	31.036.728	32.228.711	1.435.622	1.672.794
Entidades parceiras, acionistas e participadas	65.591.154	63.147.544	20.062.619	21.214.926
	109.987.832	106.711.028	56.230.358	58.082.554

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Empresa - Mãe	-	-	31.438	607.674
Empresas controladas conjuntamente	6.236.669	357.634	-	-
Empresas associadas	10.772	104.152	-	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	640	-	568.103	1.812.391
	6.248.081	461.786	599.541	2.420.065

SalDOS	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Empresa - Mãe	51.445	18.901	767.433	912.998
Empresas controladas conjuntamente	32.554.816	15.620.816	17.795.118	5.269.818
Empresas associadas	6.612.647	5.374.847	364.066	378.425
Entidades parceiras, acionistas e participadas	14.510.202	15.436.493	7.475.633	13.221.879
	53.729.110	36.451.057	26.402.250	19.783.120

	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Saldos				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	-	8.599.429	7.939.822
Empresas associadas	-	-	-	8.317.566
Entidades parceiras, acionistas e participadas	13.383.628	22.209.147	3.570	-
	13.383.628	22.209.147	8.602.999	16.257.388

Na rubrica Outras partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, Zopt SGPS, SA, Raso SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS SA assim como outros acionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras filiais da empresa mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da operação de fusão Zon Optimus divulgada na Nota 8, foram assumidos recebimentos de empréstimos concedidos no valor de 427.850.000 euros relativos à liquidação por parte da Optimus dos referidos suprimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incrementamos a percentagem detida no Fundo de Investimentos Imobiliário Fechado do Imosede através da aquisição de 6,5% de capital social pelo valor de 10 milhões de euros a parte relacionada (em 2012 o incremento foi de 13% do capital social pelo valor de 20 milhões de euros).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direcção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, tem a seguinte composição:

	31 dez 2013		31 dezembro 2012	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)
Benefícios a curto prazo	2.573.205	8.882.066	2.973.905	8.778.605
Benefícios com base em ações	844.200	2.976.700	652.000	2.376.524
	3.417.405	11.858.766	3.625.905	11.155.129

- (a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direcção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Holding);
- (b) Inclui os colaboradores da Sonae Sierra e Zopt.





4.4 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2013		31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	(66.746.036)	385.725.550	(22.863.277)	55.435.536
Efeito das ações potenciais	-	-	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(66.746.036)	385.725.550	(22.863.277)	55.435.536
Número de ações				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.877.258.913	1.877.258.913	1.872.720.391	1.872.720.391
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-	-	-
Número de ações em aberto relativo a prêmios de desempenho diferido	14.104.249	14.104.249	12.629.313	12.629.313
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(3.376.626)	(3.376.626)	(7.553.334)	(7.553.334)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	1.887.986.536	1.887.986.536	1.877.796.370	1.877.796.370
Resultado por ação				
Básico	(0,035555)	0,205473	(0,012209)	0,029602
Diluído	(0,035353)	0,204305	(0,012176)	0,029522

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 considera 122.080.504 ações como ações próprias (123.238.581 ações em 31 de dezembro de 2012) (Nota 22).

4.5 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser analisadas como segue:

Recebimentos	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
	Alienação da Cooper Gay Sweett & Crawford	20.381.439
Notes da Tagus	9.320.000	-
Aplicação Financeira Bradesco e Citibank (Nota 13)	887.022	2.182.230
Alienação de UP's da Imosonaell ao exterior	809.759	-
Alienação de 16.600.000 ações da Sonae Capital SGPS	-	3.569.000
Outros	14.274	112.742
	31.412.494	5.863.972
Pagamentos	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Compra de UPS Imosede	10.000.541	20.000.000
Aquisição de ações Sonaecom	2.500.042	6.646.428
Empréstimos Cooper Gay Sweett & Crawford	3.739.461	-
Dívida da Lazam pela aquisição da ADD e Miral	-	5.583.606
Dívida pela aquisição da Connectiv	1.213.536	5.970.672
Aquisição de Polinsur e Serenitas	-	695.178
Outros	1.899.162	600.411
	19.352.742	39.496.295

46 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2013 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,0331 euros por ação (0,0331 euros por ação em 2012) correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros (66.200.000 euros em 2012).

Relativamente a 2013, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0348 euros por ação correspondendo a um valor total de 69.600.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

47 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Sonae é maioritariamente uma empresa de retalho com duas grandes parcerias nas áreas de Centros Comerciais (Sonae Sierra) e Telecomunicações (Zon Optimus), foram identificados como segmentos de negócios os seguintes:

No retalho o grupo tem três segmentos:

- a Sonae MC é a nossa unidade de retalho alimentar, operando 465 lojas operadas e 83 lojas sob acordos de franchising e joint-venture sob as insígnias Continente, Continente Modelo, Continente Bom Dia, Meu Super; e ainda alguns negócios adjacentes sob as insígnias Bom Bocado, Book.it e wells.

- a Sonae SR é a nossa unidade de retalho especializado, com presença nos mercados de eletrónica, desporto e moda operando 521 lojas operadas e 51 lojas sob acordos de franchising, sob as insígnias Worten, Sport Zone, MO e Zippy.

- a Sonae RP é a nossa unidade de imobiliário de retalho, gere ativamente as propriedades de imobiliário de retalho da Sonae, compostas, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae SR.

O Segmento Gestão de Investimentos inclui uma empresa que opera no retalho de produtos de bricolagem, construção e jardim (Maxmat), uma agência de viagens (Geostar), corretores de seguros (MDS), bem como a Wedo Technologies, a Saphety, a Mainroad, a Bizdirect e o Público.

Para além dos segmentos acima identificados a Sonae tem ainda duas grandes parcerias a Sonae Sierra e a Zopt (inclui a Zon Optimus) cuja informação relevante está divulgada em notas específicas, ou seja, Nota 48 e 49 respetivamente.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

Estamos presentes em 67 países, incluindo operações, prestação de serviços a terceiros, escritórios de representação, franchising e parcerias.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Volume de negócios	31 dez 2013	Intragruppo	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	Intragruppo
Sonae MC	3.415.473.893	(4.566.804)	3.281.052.311	(3.296.830)
Sonae SR	1.210.380.000	(29.775.266)	1.209.409.361	(29.172.960)
Sonae RP	123.971.896	(109.508.732)	119.889.493	(108.478.175)
Gestão de investimentos	222.738.698	(10.771.743)	209.146.793	(12.277.352)
Outros, eliminações e ajustamentos	(151.223.146)	(160.000)	(149.710.512)	-
Total consolidado	4.821.341.341	(154.782.545)	4.669.787.446	(153.225.317)





	Amortizações e depreciações		Provisões e perdas por imparidade		EBIT	
	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Sonae MC	84.247.677	85.667.321	1.913.099	5.815.517	174.072.149	160.701.736
Sonae SR	58.035.246	63.353.286	3.875.180	2.836.009	(70.078.091)	(106.822.684)
Sonae RP	29.978.301	31.152.308	338.359	35.070	84.631.674	75.988.596
Gestão de investimentos	13.957.855	14.701.435	3.687.267	2.358.935	(752.589)	(5.784.480)
Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	967.319	255.332	4.044.861	1.640.588	98.506.556	136.173.896
Total consolidado direto	187.186.398	195.129.682	13.858.766	12.686.119	286.379.699	260.257.064

	Resultados financeiros ⁽²⁾		Imposto sobre o rendimento ⁽²⁾	
	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Unidades de retalho	(33.090.850)	(42.500.942)	11.366.210	23.778.119
Gestão de investimentos	(7.081.035)	(17.614.829)	3.639.412	(36.734)
Holding ⁽¹⁾	(41.645.901)	(34.064.802)	903.589	(1.379.806)
Total consolidado	(81.817.786)	(94.180.573)	15.909.211	22.361.579

	Investimento (CAPEX)		Capital Investido	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Sonae MC	103.121.235	77.516.635	476.722.790	395.111.744
Sonae SR	32.386.892	33.558.073	100.910.578	258.068.203
Sonae RP	28.582.717	15.507.647	1.253.629.991	1.334.747.641
Operações descontinuadas	-	143.208.000	-	955.991.451
Gestão de investimentos	76.793.359	2.275.508	350.547.503	152.294.468
Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	108.081.504	19.932.218	945.565.097	388.792.687
Total consolidado	348.965.707	291.998.081	3.127.375.959	3.485.006.194

	Divida Líquida Total ⁽²⁾⁽³⁾	
	31 dez 2013	31 dez 2012
Unidades de retalho	749.628.495	784.342.592
Operações descontinuadas	-	360.560.000
Gestão de investimentos	56.363.559	70.926.455
Holding ⁽¹⁾	413.272.470	600.618.233
Total consolidado	1.219.264.524	1.816.447.280

- 1) Inclui as contas individuais da Sonae;
- 2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;
- 3) Inclui suprimentos e exclui o contributo de financiamentos de intra grupo titulados;

A rubrica de "Outros, eliminações e ajustamentos" pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Intragrupos intersegmentos	(154.782.545)	(153.225.317)	-	-
Operações descontinuadas	-	-	71.247.700	100.832.034
Metodo equivalência patrimonial	-	-	27.333.571	30.757.308
Outros	3.559.399	3.514.805	(74.715)	4.584.554
Outros, eliminações e ajustamentos	(151.223.146)	(149.710.512)	98.506.556	136.173.896

	Investimento		Capital Investido	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Intragrupos intersegmentos	-	366.360	14.233.065	18.299.053
Participações financeiras da Sonae Sierra e Zopt	106.130.365	20.000.000	1.144.792.015	455.548.457
Cash settled equity swap ⁽⁴⁾	-	-	(103.289.056)	(84.664.905)
Dívida à FT - Orange (Nota 30)	-	-	(102.095.077)	-
Outros	1.951.139	(434.142)	(8.075.850)	(389.918)
Outros, eliminações e ajustamentos	108.081.504	19.932.218	945.565.097	388.792.687

4) Instrumento financeiro explicitado da Nota 22.

Todas as medidas de performance estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na nota 50.

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida Líquida = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes excluindo, a participação de 7,28% na ZON OPTIMUS, e outras aplicações de longo prazo;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja estão incluídas para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como “Outras” na Nota 5.

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

Os ativos não correntes, as vendas e prestações de serviços e o resultado antes de imposto por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	3.685.831.585	4.451.873.035	4.189.860.980	4.287.683.375
Espanha	95.686.012	316.058.660	188.912.500	327.728.784
Inglaterra	-	2.428.677	-	3.493.835
Brasil	62.953.173	34.915.340	100.573.321	35.363.447
Resto da Europa	119.318.003	6.176.619	124.289.502	5.996.893
Resto do Mundo	9.333.708	9.889.007	11.116.565	9.521.112
	3.973.122.481	4.821.341.338	4.614.752.868	4.669.787.446

48 INFORMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVAMENTE AOS EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os valores de Ativos, Passivos, Rendimentos e ganhos e Gastos e perdas relativos aos empreendimentos conjunto estão divulgados na Nota 6. No entanto tendo em consideração a relevância das demonstrações financeiras da Sonae Sierra e da Zopt e dado que estas estão a ser consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, apresentamos de seguida as situações mais relevantes (os valores divulgados não estão proporcionalizados pela percentagem de detenção).





Grupo Sonae Sierra

a) Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento compreendem edifícios e outras construções em centros comerciais detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e são detidas pela Sonae Sierra e suas participadas as quais são relevadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 6).

As propriedades de investimento em desenvolvimento que não reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

São consideradas propriedades de investimento, de acordo com os IFRS, as propriedades de investimento em desenvolvimento, que reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável.

Considera-se que as propriedades de investimento em desenvolvimento reúnem as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável quando existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto. É considerado que existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto quando, cumulativamente, são reunidas as seguintes condições:

- o terreno encontra-se adquirido
- existe licença de construção
- está assinado o contrato de financiamento da propriedade
- está iniciada a construção da propriedade
- estão negociados os contratos de locação com as lojas-âncora ou com os possíveis locatários

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações semestrais efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os ativos da Sonae Sierra que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível, de acordo com as condições acima indicadas. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

Propriedades de investimento	em desenvolvimento					Total
	Em exploração	"Fit Out"	ao custo	ao justo valor	Adiantamentos	
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	3.100.957.500	3.811.499	134.237.120	120.574.104	1.725.000	3.361.305.223
Adições	12.216.007	42.500	89.736.186	14.317.315	-	116.312.007
Recebimentos	15.236.513	-	-	-	-	15.236.513
"Write-off" e imparidades	(12.494.000)	-	(19.926.287)	-	-	(32.420.287)
Alienações	(208.763.193)	-	(8.609.386)	-	-	(217.372.579)
Recebimento de Fit-out	-	(400.617)	-	-	-	(400.617)
Transferências	-	(15.089)	(1.222.037)	(143.114)	-	(1.380.240)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:						
Custo de produção	105.064.307	15.089	25.873.322	(130.952.718)	-	-
Ajustamento para justo valor	4.388.899	-	(11.765.623)	(1.301.522)	-	(8.678.246)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre ano:						
- Ganhos	53.731.346	43.789	-	-	-	53.775.136
- Perdas	(177.116.239)	(714.267)	-	-	-	(177.830.506)
Adições por concentrações de atividades empresariais	-	-	24.144.733	-	-	24.144.733
Diferenças de conversão cambial	(57.536.342)	-	(9.470.851)	(2.494.065)	-	(69.501.257)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	2.835.684.798	2.782.905	222.997.177	-	1.725.000	3.063.189.880
Adições	26.293.899	-	94.748.671	-	-	121.042.570
Recebimentos	-	85.298	-	-	-	85.298
Imparidades e abates	-	-	(4.754.800)	-	-	(4.754.800)
Alienações	-	-	(5.245.601)	-	-	(5.245.601)
Recebimento de Fit-out	-	(307.797)	-	-	-	(307.797)
Transferências	(1.107.067)	-	(2.942.804)	-	-	(4.049.871)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:						
Custo de produção	204.048.939	-	(204.048.947)	-	-	(8)
Ajustamento para justo valor	(1.258.406)	-	-	-	-	(1.258.406)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:						
- Ganhos	70.074.271	123.407	-	-	-	70.197.678
- Perdas	(151.242.005)	(54.314)	-	-	-	(151.296.319)
Adições por concentrações de atividades empresariais	140.495.000	-	6.171.398	-	-	146.666.398
Alienação de participadas	(215.250.000)	-	-	-	-	(215.250.000)
Diferenças de conversão cambial	(111.702.956)	-	(6.061.087)	-	-	(117.764.043)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	2.796.036.473	2.629.499	100.864.008	-	1.725.000	2.901.254.979

O montante de 4,8 milhões de euros reconhecidos como "Imparidades e abates" refere-se essencialmente, às perdas por imparidade referentes às propriedades de investimento em desenvolvimento para as quais existe incerteza quanto à sua viabilidade futura.

O montante de 5,2 milhões de euros reconhecido como "Alienações" refere-se à venda de 11,36% do centro comercial Boulevard Londrina Shopping localizado no Brasil.

As adições por transferência de propriedades de investimento em construção referem-se à abertura em 2013 dos centros comerciais Hofgarten Solingen na Alemanha e Boulevard Londrina Shopping e Passeio das Águas Shopping no Brasil.

O montante de 146,7 milhões de euros reconhecido em "Adições por concentração de atividades empresariais" refere-se a: (i) aquisição de 50% da Cascaishopping-Centro Comercial, S.A. (140,5 milhões de euros) (detentora do centro comercial Cascaishopping localizado em Portugal) e (ii) aquisição e 50% da ARP Alverca Retail Park, S.A (6,2 milhões de euros).

As alienações no montante de 215,3 milhões de euros respeitam: (i) à alienação de 50% do Parque Principado, S.L. (70,8 milhões de euros) (detentora do centro comercial Parque Principado localizado em Espanha) e (ii) à venda de 100% da Valecenter, Srl (144,5 milhões de euros) (detentora do centro comercial Valecenter e da subsidiária Airone - Shopping Centre, Srl detentora do centro comercial Airone localizados em Itália).





Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o montante das propriedades de investimento em exploração e a informação sobre a hierarquia de justo valor pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2013			31 dez 2012		
	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros Nivel 3
Península Ibérica	8,85% e 14,05%	6,85% e 12,05%	1.740.739	9,10% e 13,65%	6,85% e 11,15%	1.795.978
Resto da Europa	6,25% e 15,00%	6,00% e 12,00%	455.553	6,75% e 14,50%	6,25% e 11,50%	533.874
Brasil	12,25% e 14,00%	7,75% e 9,50%	599.745	8,65% e 14,00%	8,45% e 9,50%	505.833
			2.796.037			2.835.685

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield e CBRE).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sedado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado ("Exit yield" ou "cap rate"). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rendibilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Em 2013 o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRS 13 - Mensuração ao justo valor. A IFRS 13 centraliza num único documento as regras de mensuração do justo valor e respetivas divulgações.

A IFRS 13 requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

- Nivel 1 - preços de mercado (não ajustados) em mercados ativos para idênticos ativos e passivos;
- Nivel 2 - outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que sejam passíveis de ser observados; e
- Nivel 3 - dados que não sejam passíveis de ser observados, isto é, que não são baseados em dados de mercado.

Em termos de hierarquia as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;

- um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor.

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

Incerteza do mercado

De acordo com os avaliadores, sempre que a incerteza do mercado possa ter um efeito material no valor da propriedade, o Red Book exige a divulgação do facto, com indicação da causa e do grau de incerteza que foi refletido na avaliação.

É opinião dos avaliadores que a falta de financiamento continua a ter impacto no mercado, especialmente para os ativos secundários, que tiveram um volume de transações anormalmente baixas. Como consequência, os avaliadores tiveram de exercer um maior grau de julgamento do que é habitual. Os avaliadores consideraram as evidências do mercado atual e histórica disponível e esforçou-se por refletir o sentimento do mercado atual, embora os sinais se apresentem misturados.

Considera-se que os avaliadores podem fechar as suas avaliações, com um intervalo de valores. Num mercado ilíquido este intervalo deverá ser maior, porque a incerteza que lhe é inerente obriga a um maior juízo de valor.

Apesar de algumas empresas enfrentarem dificuldades financeiras, não se pode concluir que toda a recente atividade do mercado tenha sido devida a transações forçadas. O desequilíbrio entre a oferta e a procura (por exemplo, menos compradores que vendedores) nem sempre é sinónimo de transações forçadas. Um vendedor que esteja sob pressão financeira para vender poderá conseguir vender a preço de mercado se houver mais do que um potencial comprador e se tiver o tempo necessário para comercializar o imóvel. De igual modo, as transações iniciadas durante um processo de falência não devem automaticamente ser consideradas como transações forçadas.

Por isso, as avaliações efetuadas das propriedades de investimento deverão ser acompanhadas no futuro, sendo que se deverá antecipar um período de comercialização mais longo, que o considerado no passado, caso se pretenda efetuar a venda de uma propriedade.

b) Goodwill

O valor do goodwill associado ao segmento de Centros Comerciais é alocado a cada uma das empresas que detém propriedades de investimento. Os testes de imparidade são efetuados por comparação com o "Net Asset Value" à data da demonstração da posição financeira das participações que detêm as referidas propriedades.

O "Net Asset Value" resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado (Open Market Value) não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas.

c) Outros ativos não correntes

A Sonae Sierra tem registado em "Outros ativos não correntes" o montante 7,8 milhões de euros a receber da Câmara Municipal de Lisboa respeitante aos trabalhos executados pela participada Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. ("Colombo") na área circundante do centro Colombo, por conta da Câmara Municipal de Lisboa ("CML") ao abrigo de protocolos assinados, que foram acordados entre os serviços técnicos da CML e a Colombo no final de 2001. Por outro lado a rubrica de "Outros credores não correntes" em 31 de dezembro de 2013 e 2012 inclui o montante de 3,2 milhões de euros relativo a trabalhos executados pela CML por conta da Colombo e licenças camarárias. Foi interposta uma ação judicial em 2001, visando a cobrança dos valores referidos acrescidos de juros e outros custos incorridos pela Colombo no âmbito dos referidos protocolos, sendo convicção da Administração da Colombo, suportada em pareceres dos seus assessores legais, que a mesma lhe será favorável, razão pela qual não registou qualquer perda por imparidade para fazer face a perdas na recuperação desta conta a receber.





d) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, os principais passivos contingentes do Grupo respeitavam às seguintes situações:

- a) Em dezembro de 2013 a subsidiária Gli Orsi recebeu uma notificação fiscal, na qual é solicitado o pagamento de 19,5 milhões de euros, relativo a Imposto sobre Transmissões de Imóveis no montante de 9,5 milhões de euros e 10 milhões de euros relativo a penalidades e juros, acrescido de gastos a incorrer com honorários no montante de 0,9 milhões de euros. De acordo a opinião do especialista fiscal contratado pela Empresa para assessorar o Grupo neste processo existem razões válidas para considerar a solicitação infundada, pelo que o Grupo apelou para o Supremo tribunal. No caso concreto das penalidades requeridas pelas autoridades fiscais, o especialista fiscal é da opinião que as mesmas não serão devidas.
- b) Durante 2010 a subsidiária Sierra Investments SGPS S.A. prestou uma garantia à administração fiscal portuguesa, no montante de 5,6 milhões de euros, para fazer face à reclamação apresentada pela Sonae Sierra em relação a uma notificação em sede de imposto sobre o rendimento recebida. Não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco desta contingência não é provável.
- c) Em março de 2011 o Grupo ganhou um procedimento arbitral contra a Olympic Properties S.A. (agora denominada de ETA e dona do terreno dum projeto na Grécia) permitindo-lhe suspender o pagamento das rendas até que a licença de construção seja emitida. Nessa mesma data o Grupo comprometeu-se perante a ETA a cumprir as obrigações assumidas no contrato de concessão. Em julho de 2013, o Grupo concluiu um acordo amigável com a ETA para a rescisão do contrato de concessão. Associado à rescisão do referido contrato as partes renunciaram a qualquer reclamação (passado, pendente ou futuro) que possam ter um contra o outro.
- d) Durante 2009, a participada Larissa (detida a 50% pelo Grupo) foi notificada pelo município de Larissa para o pagamento de uma multa no montante de 11,3 milhões de euros (5,7 milhões de euros para o Grupo) por construções adjacentes ao centro comercial que não estavam expressamente permitidas na licença. A participada reclamou esta notificação, tendo em 2010 o Tribunal deliberado a seu favor, tendo contudo o Município de Larissa contestado a decisão. Em 2011 foi publicada uma lei que permite às empresas legalizarem algumas construções ilegais mediante o pagamento de uma taxa. A empresa submeteu às entidades competentes a sua intenção de pagar uma taxa de 0,8 milhões de euros (reconhecida na demonstração de resultados), que entretanto foi aceite, sendo que o pagamento desta taxa adicional permite reduzir o valor da multa imposta pelo município.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 existiam as seguintes garantias bancárias prestadas pela Sonae Sierra a terceiros:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Garantias prestadas (milhares de euros):		
por processos fiscais em curso	3.785	3.501
por processos judiciais em curso	325	105
por bom cumprimentos da construção de vários projetos	2.158	3.569
por bom cumprimentos das obrigações com o comprador do Munster	19.000	19.000
por conta de empréstimos bancários obtidos	-	11.500
outras garantias	3.228	1.817

Relativamente às garantias bancárias relativas a processos fiscais, não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco dos mesmos não é provável.

Grupo ZOPT

As demonstrações financeiras consolidadas da Zopt e da sua filial Zon Optimus a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, incorporados nas demonstrações financeiras da Sonae através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Nota 8) e podem ser resumidas como segue:

Demonstração da Posição Financeira

Valores em milhares de euros	31 dez 2013		31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	
	Zopt	Zon Optimus	Zopt	Zon Optimus
Ativos				
Ativos fixos tangíveis	1.153.257	1.096.823	-	618.238
Ativos fixos intangíveis	694.518	1.111.107	-	323.621
Goodwill	1.597.737	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	172.453	165.416	-	52.193
Outros ativos não correntes	340.833	61.143	-	80.438
Ativo não corrente	3.958.798	2.434.489	-	1.074.490
Clientes	276.630	276.630	-	119.147
Caixa e equivalentes a caixa	74.390	74.380	50	273.179
Outros ativos correntes	103.831	103.831	-	83.768
Ativo corrente	454.851	454.841	50	476.094
Total do ativo	4.413.649	2.889.330	50	1.550.584
Passivos				
Empréstimos obtidos	932.770	928.239	-	711.994
Provisões	95.698	92.429	-	29.951
Outros passivos não correntes	108.471	46.221	-	14.924
Passivos não correntes	1.136.939	1.066.889	-	756.869
Empréstimos obtidos	215.791	213.431	-	295.328
Fornecedores	296.915	296.823	-	158.133
Outros passivos correntes	253.049	251.974	-	120.846
Total do passivo corrente	765.755	762.228	-	574.307
Total do passivo	1.902.694	1.829.117	-	1.331.176
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.250.729	1.050.598	50	210.013
Interesses sem controlo	1.260.226	9.615	-	9.395
Total do capital próprio	2.510.955	1.060.213	50	219.408
Total do capital próprio e do passivo	4.413.649	2.889.330	50	1.550.584

Demonstrações consolidadas dos resultados

Valores em milhares de euros	31 dez 2013		31 dez 2012 Reexpresso Nota 4	
	Zopt	Zon Optimus	Zopt	Zon Optimus
Receitas totais	476.848	990.259	-	787.133
Custos e perdas				
Custos diretos e fornecimentos e serviços externos	(204.528)	(413.817)	-	(325.822)
Amortizações	(116.718)	(243.070)	-	(204.119)
Outros custos operacionais	(134.793)	(258.744)	-	(156.481)
	(456.039)	(915.631)	-	(686.422)
Resultados financeiros	(16.663)	(46.936)	-	(41.044)
Imposto sobre o rendimento	(6.095)	(16.433)	-	(19.303)
Resultado líquido consolidado do exercício	(1.949)	11.259	-	40.364
Atribuível aos interesses sem controlo	(852)	449	-	869
Atribuível a acionistas da empresa mãe	(1.097)	10.810	-	39.494

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do exercício da Zon Optimus de 4 meses, do resultado líquido do exercício da Zopt, dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt e retirando o efeito dos minoritários.

Os passivos contingentes mais significativos podem ser analisados como segue:

- No decurso dos exercícios de 2003 a 2013, algumas empresas do Grupo ZOPT foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2011. Na sequência destas inspeções, a ZON Optimus, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 30,7 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos;

- Em 31 de dezembro de 2013, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros,





respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, Optimus – Comunicações, S.A. e essencialmente, a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

49 COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A ALIENAÇÃO DE PARTICIPADAS SUJEITA A REVISÕES DE PREÇO

No âmbito da alienação de 49,9% das ações da Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V. (Sierra BV) a um grupo de Investidores, ocorrida em 2003, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV, desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra às Luxcos ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais-valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na Sierra BV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- (i) no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 118,3 milhões de euros;
- (ii) no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 59,1 milhões de euros;
- (iii) no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV (“Net Asset Value”).

Compromissos semelhantes foram assumidos pela Sonae Sierra em relação às sociedades transferidas para a Sierra BV após 2003 e também em relação à CBRE aquando da alienação de 50% do Vasco da Gama àquela entidade.

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

Adicionalmente o Grupo tem um compromisso semelhante perante a DDR, de revisão do preço de venda, caso o ganho realizado na venda de alguma propriedade de investimento no Brasil seja tributado pelas autoridades fiscais brasileiras.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV, aquando da sua constituição em 2003, foi acordado que a Sierra BV existiria por um período de 10 anos (que acabaram em outubro de 2013), os quais poderiam ser estendidos por dois períodos adicionais de 1 ano, a contar a partir de 2013. Em setembro de 2013, todos os acionistas da Sierra BV aprovaram uma alteração desses acordos relativamente à continuação das operações por um período de até mais 5 anos, a findar em outubro de 2018. O Grupo continua a analisar várias alternativas de alienação das propriedades detidas pela Sierra BV, mas não existem intenções de proceder a vendas forçadas.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas do SPF, aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o SPF existiria por um período de 10 anos (que terminarão em 2018), sendo que a partir de 2014, os acionistas (não Sonae Sierra) têm a opção de redimir as suas ações, desde que cumpridas algumas condições. O Grupo não tem contudo conhecimento de qualquer intenção nesse sentido por parte dos acionistas do SPF.

É entendimento do Grupo que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

50 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incluem os resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a : i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo goodwill) e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes. O valor de EBITDA é calculado apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.





Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	31 dez 2013			31 dez 2012 Reexpresso		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	4.821.341.341	-	4.821.341.341	4.669.787.446	-	4.669.787.446
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	96.645	96.645	-	216.683	216.683	-
Imparidades	(102.009)	-	(102.009)	(1.101.337)	(1.101.337)	-
Outros	(7.318)	-	(7.318)	16.880.645	(1.000.000)	17.880.645
Outros proveitos						
Goodwill negativo	-	-	-	-	-	-
Reversão de perdas por imparidade	12.733.171	-	12.733.171	12.438.110	-	12.438.110
Outros	432.610.002	(2.640.758)	435.250.760	420.973.410	-	420.973.410
Total de proveitos	5.266.671.832	(2.544.113)	5.269.215.945	5.119.194.957	(1.884.654)	5.121.079.611
Total de gastos	(4.893.765.372)	(10.770.564)	(4.882.994.808)	(4.770.786.370)	-	(4.770.786.370)
Amortizações e depreciações	(187.186.398)	-	(187.186.398)	(195.129.682)	-	(195.129.682)
Imparidades não recorrentes de inventários	-	-	-	(13.809.750)	-	(13.809.750)
Provisões e perdas por imparidade						
Provisões para extensões de garantia	-	-	-	(75.245)	-	(75.245)
Imparidades de goodwill	(8.078.127)	(7.722.709)	(355.418)	-	-	-
Provisões e imparidades não usuais	(155.025.977)	(155.025.977)	-	(906.000)	-	(906.000)
Outras	(24.314.645)	(10.811.297)	(13.503.348)	(26.704.874)	(15.000.000)	(11.704.874)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	(1.698.687)	(186.874.660)	185.175.973	111.783.036	(16.884.654)	128.667.690
Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados	46.636.719	46.636.719	-	-	-	-
Resultados financeiros	(81.817.786)	(64.645)	(81.753.141)	(94.180.573)	(216.683)	(93.963.890)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros						
Sonae Sierra	3.917.521	(27.000.115)	30.917.636	(23.847.555)	(55.139.875)	31.292.320
ZOPT	(523.500)	-	(523.500)	-	-	-
Outros	(438.110)	-	(438.110)	(534.980)	-	(534.980)
Resultados antes de impostos	(33.923.843)	(167.302.701)	133.378.858	(6.780.072)	(72.241.212)	65.461.140
Impostos sobre o rendimento	(15.909.211)	13.653.705	(29.562.916)	(22.361.579)	-	(22.361.579)
Resultado líquido das operações continuadas	(49.833.054)	(153.648.996)	103.815.942	(29.141.651)	(72.241.212)	43.099.561
Resultado líquido das operações descontinuadas	513.853.339	442.605.639	71.247.700	100.832.034	-	100.832.034
Resultado líquido do período	464.020.285	288.956.643	175.063.642	71.690.383	(72.241.212)	143.931.595
Atribuível aos acionistas	318.979.514	168.404.372	150.575.142	32.572.259	(72.241.212)	104.813.471
Interesses sem controlo	145.040.771	120.552.271	24.488.500	39.118.124	-	39.118.124
"Underlying" EBITDA (a)			377.564.113			330.435.265
EBITDA (b)			474.793.701			469.444.505
EBIT (c)			286.379.699			260.257.064

- (a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos - reversão de perdas de imparidade diretos+ resultados pelo método de equivalência patrimonial (resultados diretos da Sonae Sierra, Zon Optimus e Geostar) + impacto das operações descontinuadas da Optimus;
- (b) "Underlying" EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos - reversão de perdas de imparidade (ver reconciliação);
- (c) EBIT Direto = EBT direto - resultado financeiro + operações descontinuadas da Optimus;
- (d) EBT direto = Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;
- (f) Resultados indiretos = Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a : i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo goodwill) e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser

descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
Operações descontinuadas (Nota 4)	442.605.639	-
Resultado indireto da Sonae Sierra	(27.000.115)	(55.139.875)
Provisão para contingências no Brasil (Nota 32)	(11.414.278)	(15.000.000)
Mudança de "layout" e "rebranding" de (Nota 10):		
Lojas do retalho especializado	(43.746.620)	-
Lojas do retalho alimentar	(9.988.367)	-
Imparidade de imóveis (Nota 10)	(100.029.307)	-
Imparidade de goodwill em filiais	(7.722.709)	-
Valorização dos 7,28% de Zon Optimus ao justo valor	46.636.719	-
Imparidade do investimentos financeiros e suprimentos (Nota 6 e 32)	-	(2.101.337)
Outros	(384.319)	-
Total	288.956.643	(72.241.212)

O "Underlying EBITDA" pode ser analisados como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012 Reexpresso Nota 4
EBITDA Direto	474.793.701	469.444.505
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros	(29.956.026)	(30.757.340)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(71.247.700)	(100.832.034)
Mais valia com a alienação da Cooper Gay Sweet & Crawford (Nota 6)	-	(15.227.674)
Gastos não recorrentes da Sonae RE relativos a sinistros	-	5.000.000
Indemnizações	-	2.800.000
Outros gastos considerados não recorrentes	3.974.138	7.808
"Underlying" EBITDA	377.564.113	330.435.265

51 OUTROS ASSUNTOS

A 29 de outubro de 2013, a Sonaecom lançou uma oferta pública voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações representativas de 24,16% do seu próprio capital social. Esta operação surge após a conclusão da fusão entre a Optimus SGPS, S.A. e a Zon Multimédia, SGPS, S.A., da qual resultou a Zon Optimus SGPS, S.A., tendo a Sonaecom, na qualidade de acionista da Optimus, passado a deter diretamente 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus.

A Sonaecom pretende assim conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as suas ações nesta Sociedade, por contrapartida da entrega das 37.489.324 ações Zon Optimus detidas diretamente que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitem a exposição direta dos acionistas à Zon Optimus, ativo de referência do portfólio da Sonaecom.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações Zon Optimus e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável, que representa para os acionistas aceitantes da Oferta um prémio, por ação Sonaecom, de cerca de: 10% sobre a cotação de fecho de dia 28 de outubro de 2013 e sobre a média ponderada da cotação de fecho dos 30 dias anteriores; 24% por referência à média ponderada da cotação de fecho da ação Sonaecom nos anteriores 90 dias; e 17%, considerando a média dos target prices da ação Sonaecom de 2,10 euros. Para efeitos de determinação da relação de troca entre ações Sonaecom e ações Zon Optimus, relevou-se a média ponderada da cotação de





fecho das ações Zon Optimus nas 5 últimas sessões de mercado regulamentado, de 5,08 euros por ação Zon Optimus.

52 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 e 24 de janeiro de 2014, nos termos previamente autorizados pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, CMVM, a Sonae - SGPS, S.A. (Sonae) adquiriu, em operação realizada fora de Bolsa, um total de 1.454.134 ações da Sonaecom a Administradores e Partes Relacionadas da Sonaecom.

A consideração desta aquisição foi determinada e estabelecida em 20 de fevereiro de 2014, a data do apuramento de resultados da Oferta Pública, pelo mesmo valor pago aos acionistas que aceitaram a Oferta. Após esta operação, a Sonae passou a deter, diretamente, 78.133.508 ações e, indiretamente, 194.063.119 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom, equivalentes a uma participação total de 272.196.627 ações.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom irá assim reduzir o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

A liquidação física e financeira da Oferta ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2014, sendo a consideração da Oferta composta por 26.476.792 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS e por 19.631 euros em numerário.

Na sequência da Oferta, a Sonaecom passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A 10 de março de 2014, a Sonae anuncia que concluiu, diretamente e através das suas subsidiárias, uma série de transações financeiras com vencimentos entre 5 e 7 anos, para um montante total de 240 M€, junto de várias instituições financeiras. Estas operações permitiram à Sonae antecipar, em condições favoráveis, uma parte significativa do programa de refinanciamento das suas linhas de crédito de médio e longo prazo com vencimentos até ao final de 2015.

53 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2014. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela; membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe; membro do Conselho de Administração

Christine Cross; membro do Conselho de Administração

Michel Marie Bon; membro do Conselho de Administração





José Neves Adelino; membro do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; membro da Comissão Executiva



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS





DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2013	31 dez 2012
ATIVO			
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	144.778	178.042
Ativos intangíveis	7	13.245	28.770
Investimentos em empresas do grupo	4, 8	3.638.337.796	3.503.796.314
Outros investimentos	4, 9	29.367.435	38.628.607
Outros ativos não correntes	4, 10	472.066.551	352.823.000
Total de ativos não correntes		4.139.929.805	3.895.454.733
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	4, 11	468.059	467.461
Outras dívidas de terceiros	4, 12	11.194.379	11.287.813
Estado e outros entes públicos	13	2.589.020	1.270.260
Outros ativos correntes	4, 14	3.302.072	2.057.079
Caixa e equivalentes de caixa	4, 15	96.239.237	158.667.623
Total de ativos correntes		113.792.767	173.750.236
TOTAL DO ATIVO		4.253.722.572	4.069.204.969
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	2.000.000.000	2.000.000.000
Reservas legais	17	188.285.864	187.137.648
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	18	1.082.932.419	1.119.192.176
Resultados transitados		-	(63.194.492)
Resultado líquido do exercício		159.490.511	22.964.317
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		3.430.708.794	3.266.099.649
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 20	447.088.540	595.047.114
Empréstimos bancários	4, 20	94.420.250	74.024.250
Outros passivos não correntes		1.127.105	3.992.080
Outros empréstimos	4, 20	-	6.993.896
Total de passivos não correntes		542.635.895	680.057.340
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 20	149.972.236	99.919.906
Empréstimos bancários	4, 20	1.961.683	1.961.683
Outros empréstimos	4, 20	2.421.024	1.674.286
Fornecedores	4	189.969	443.191
Outras dívidas a terceiros	4, 21	114.842.829	7.680.960
Estado e outros entes públicos	13	454.452	214.619
Outros passivos correntes	4, 22	10.535.690	11.153.335
Total de passivos correntes		280.377.883	123.047.980
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.253.722.572	4.069.204.969

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2013	31 dez 2012
Prestações de serviços	26	477.612	476.701
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	27	171.972.960	26.836.460
Rendimentos e ganhos financeiros	28	34.142.610	33.388.218
Outros rendimentos		3.151.542	2.458.028
Fornecimentos e serviços externos	29	(3.799.164)	(2.995.820)
Gastos com o pessoal	30	(2.400.652)	(2.450.853)
Depreciações e amortizações	6, 7	(64.008)	(108.546)
Gastos e perdas financeiras	28	(43.443.818)	(33.079.256)
Outros gastos e perdas		(537.227)	(1.551.201)
Resultado antes de impostos		159.499.855	22.973.731
Imposto sobre o rendimento	31	(9.344)	(9.414)
Resultado líquido individual do exercício		159.490.511	22.964.317
Resultados por ação			
Básico	32	0,079745	0,011485
Diluído	32	0,079690	0,011480

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)	31 dez 2013	31 dez 2012
Resultado líquido individual do exercício	159.490.511	22.964.317
Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação no justo valor dos ativos disponíveis para venda	67.926.242	(61.201.255)
Transferência de justo valor dos ativos disponíveis para venda para resultados do exercício	-	50.271
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	3.546.546	2.646.872
Outro rendimento integral do exercício	71.472.788	(58.504.112)
Total rendimento integral individual do exercício	230.963.299	(35.539.795)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas e resultados transitados						Resultado líquido	Total
					Reservas de justo valor	Reservas de cobertura	Reserva para planos pagamento baseados em ações	Reservas livres	Resultados transitados	Total reservas e res.transitados		
Saldo em 1 de janeiro de 2012		2.000.000.000	-	187.137.648	573.554.460	(5.030.164)	825.953	674.376.391	322.737	1.244.049.377	(63.517.229)	3.367.669.796
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	(61.150.984)	2.646.872	-	-	-	(58.504.112)	22.964.317	(35.539.795)
Aplicação do resultado individual de 2011:												
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(63.517.229)	(63.517.229)	63.517.229	-
Dividendos distribuídos	34	-	-	-	-	-	-	(66.187.813)	-	(66.187.813)	-	(66.187.813)
Aquisição de ações próprias		-	(2.612.424)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.612.424)
Alienação de ações próprias		-	2.346.376	-	-	-	-	98.337	-	98.337	-	2.444.713
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	266.048	-	-	-	(170.952)	230.076	-	59.124	-	325.172
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.000.000.000	-	187.137.648	512.403.476	(2.383.292)	655.001	608.516.991	(63.194.492)	1.055.997.684	22.964.317	3.266.099.649
Saldo em 1 de janeiro de 2013		2.000.000.000	-	187.137.648	512.403.476	(2.383.292)	655.001	608.516.991	(63.194.492)	1.055.997.684	22.964.317	3.266.099.649
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	67.926.242	3.546.546	-	-	-	71.472.788	159.490.511	230.963.299
Aplicação do resultado individual de 2012:												
Transferência para reserva legal e reservas livres		-	-	1.148.216	-	-	-	(41.378.391)	63.194.492	21.816.101	(22.964.317)	-
Dividendos distribuídos	34	-	-	-	-	-	-	(66.200.000)	-	(66.200.000)	-	(66.200.000)
Cumprimento de obrigação por terceiro		-	(515.821)	-	-	-	-	-	-	-	-	(515.821)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	515.821	-	-	-	48.467	(202.621)	-	(154.154)	-	361.667
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.000.000.000	-	188.285.864	580.329.718	1.163.254	703.468	500.735.979	-	1.082.932.419	159.490.511	3.430.708.794

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2013	31 dez 2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		476.761	512.727
Pagamentos a fornecedores		(3.610.452)	(2.876.547)
Pagamentos ao pessoal		(2.477.481)	(2.085.266)
Fluxos gerados pelas operações		(5.611.172)	(4.449.086)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1.329.687)	(610.903)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		1.419.123	512.413
Fluxos das atividades operacionais (1)		(5.521.736)	(4.547.576)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	33	18.640.000	22.689.000
Ativos fixos tangíveis		-	170
Juros e rendimentos similares		31.651.988	33.671.828
Dividendos	27	202.565.008	29.071.221
Outros		2.283.251	3.291.839
Empréstimos concedidos		994.656.172	668.825.307
		1.249.796.419	757.549.365
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	33	(10.000.541)	(23.263.454)
Ativos fixos tangíveis		(4.280)	(20.201)
Ativos intangíveis		(10.845)	(9.188)
Outros		(4.444.000)	-
Empréstimos concedidos		(1.113.899.723)	(627.783.241)
		(1.128.359.389)	(651.076.084)
Fluxos das atividades de investimento (2)		121.437.030	106.473.281
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		761.351.683	1.722.262.341
Venda de ações próprias		255.144	2.189.569
		761.606.827	1.724.451.910
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(836.267.049)	(1.568.619.259)
Juros e gastos similares		(37.484.854)	(30.367.342)
Dividendos		(66.198.604)	(66.186.556)
Aquisição ações próprias		-	(2.612.424)
		(939.950.507)	(1.667.785.581)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(178.343.680)	56.666.329
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(62.428.386)	158.592.034
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	158.667.623	75.589
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	96.239.237	158.667.623

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração





SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia.

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros, incluindo participações em empresas subsidiárias, que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2013, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa. A descrição de tais normas encontra-se igualmente na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.





Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contábilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes ativos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes.

Os investimentos em partes de capital em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos, são classificados como investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira (medido pela cotação ou valor de avaliação), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos classificados como disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição ou referencial da última data para os quais foi possível mensurar com fiabilidade o seu justo valor, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido,

recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração dos resultados nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é considerado que o efeito de desconto seria imaterial.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de gastos e perdas financeiras da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.





f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura caso existam, são registadas nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação ser coberta no início da cobertura;
- Transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subseqüentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subseqüentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1 (derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo e que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, sendo que as variações de justo valor afetam diretamente as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os instrumentos de acolhimento não

sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias que não sejam cotadas e, conseqüentemente mensurados pelo seu custo de aquisição líquido de imparidade (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa, deduzido do justo valor dos passivos da subsidiária.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.





É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Com exceção de ativos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

2.7 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.9 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

Quando a liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, o valor de cada plano é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal.

Quando a liquidação é efetuada em dinheiro o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição e posteriormente atualizado no final de cada período de reporte em função do número de ações e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método da demonstração da posição financeira, sendo que os ativos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também





monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

3.3 Risco de liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2013, o total da dívida bruta era de 696 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2012 era de 780 milhões de euros) (Nota 20).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2013 a maturidade média da dívida da Sonae era de aproximadamente 1,3 anos (em 31 de dezembro de 2012 era de 1,9 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 201,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas das quais apenas 28% são anuláveis com pré-aviso de 6 meses sendo as restantes anuláveis com pelo menos 360 dias de antecedência. Tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2013 encontram-se disponíveis 181,5 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2012 tinha linhas de crédito contratadas no valor de 181,5 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.





Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2013 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes de 96 milhões de euros (159 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de

“Black-Scholes” e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;

- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas individuais) em 31 de dezembro de 2013 seria inferior em cerca de 1,6 milhões de euros (em





31 de dezembro de 2012 seriam inferiores em cerca de 1,5 milhões euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 75 pontos base superiores, a 31 de dezembro de 2013 seria superior em cerca de 568 mil euros (3,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 8.

Relativamente ao investimento na Sonaecom, SGPS, SA uma variação de 10% no valor da cotação teria um impacto no capital próprio de 19,7 milhões de euros.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E JUSTO VALOR

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2.6 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros	31 dez 2013					
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.638.337.796	3.638.337.796	-	3.638.337.796
Outros investimentos	9	-	29.367.435	29.367.435	-	29.367.435
Outros ativos não correntes	10	472.066.551	-	472.066.551	-	472.066.551
		472.066.551	3.667.705.231	4.139.771.782	-	4.139.771.782
Ativos correntes						
Clientes	11	468.059	-	468.059	-	468.059
Outras dívidas de terceiros	12	11.194.379	-	11.194.379	-	11.194.379
Outros ativos correntes	14	3.184.466	-	3.184.466	117.606	3.302.072
Caixa e equivalentes de caixa	15	96.239.237	-	96.239.237	-	96.239.237
		111.086.141	-	111.086.141	117.606	111.203.747
		583.152.692	3.667.705.231	4.250.857.923	117.606	4.250.975.529

31 dez 2012						
Ativos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.503.796.314	3.503.796.314	-	3.503.796.314
Outros investimentos	9	-	38.628.607	38.628.607	-	38.628.607
Outros ativos não correntes	10	352.823.000	-	352.823.000	-	352.823.000
		352.823.000	3.542.424.921	3.895.247.921	-	3.895.247.921
Ativos correntes						
Clientes	11	467.461	-	467.461	-	467.461
Outras dívidas de terceiros	12	11.287.813	-	11.287.813	-	11.287.813
Outros ativos correntes	14	1.974.168	-	1.974.168	82.911	2.057.079
Caixa e equivalentes de caixa	15	158.667.623	-	158.667.623	-	158.667.623
		172.397.065	-	172.397.065	82.911	172.479.976
		525.220.065	3.542.424.921	4.067.644.986	82.911	4.067.727.897

31 dez 2013						
Passivos Financeiros	Notas	Derivados de cobertura	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	447.088.540	447.088.540	-	447.088.540
Empréstimos bancários	20	-	94.420.250	94.420.250	-	94.420.250
Outros passivos não correntes		1.127.105	-	1.127.105	-	1.127.105
		1.127.105	541.508.790	542.635.895	-	542.635.895
Passivos correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	149.972.236	149.972.236	-	149.972.236
Empréstimos bancários	20	-	1.961.683	1.961.683	-	1.961.683
Outros empréstimos	20	2.421.024	-	2.421.024	-	2.421.024
Fornecedores		-	189.969	189.969	-	189.969
Outras dívidas a terceiros	21	-	114.842.829	114.842.829	-	114.842.829
Outros passivos correntes	22	-	9.133.850	9.133.850	1.401.840	10.535.690
		2.421.024	276.100.567	278.521.591	1.401.840	279.923.431
		3.548.129	817.609.357	821.157.486	1.401.840	822.559.326

31 dez 2012						
Passivos Financeiros	Notas	Derivados de cobertura	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	595.047.114	595.047.114	-	595.047.114
Empréstimos bancários	20	-	74.024.250	74.024.250	-	74.024.250
Outros passivos não correntes		3.992.080	-	3.992.080	-	3.992.080
Outros empréstimos	20	6.993.896	-	6.993.896	-	6.993.896
		10.985.976	669.071.364	680.057.340	-	680.057.340
Passivos correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	99.919.906	99.919.906	-	99.919.906
Empréstimos bancários	20	-	1.961.683	1.961.683	-	1.961.683
Outros empréstimos	20	1.674.286	-	1.674.286	-	1.674.286
Fornecedores		-	443.191	443.191	-	443.191
Outras dívidas a terceiros	21	-	7.680.960	7.680.960	-	7.680.960
Outros passivos correntes	22	-	10.275.049	10.275.049	878.286	11.153.335
		1.674.286	120.280.789	121.955.075	878.286	122.833.361
		12.660.262	789.352.153	802.012.415	878.286	802.890.701





Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.dezembro.2013			31.dezembro.2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos em empresas do grupo	196.989.312	-	500.118.000	5.079.830	-	524.986.000
Outros investimentos	-	-	29.315.009	-	-	19.936.181
	<u>196.989.312</u>	<u>-</u>	<u>529.433.009</u>	<u>5.079.830</u>	<u>-</u>	<u>544.922.181</u>
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	1.127.105	2.421.024	-	3.992.080	8.668.182	-
	<u>1.127.105</u>	<u>2.421.024</u>	<u>-</u>	<u>3.992.080</u>	<u>8.668.182</u>	<u>-</u>

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Os investimentos apresentados no nível 3 respeitam a empresas/fundos que operam no setor imobiliário, cujo justo valor é determinado tendo por base o valor líquido dos ativos detidos por aquelas entidades ("Net Asset Value"). Tal montante é apurado com base em avaliações independentes do seu património imobiliário, as quais se baseiam fundamentalmente no rendimento que se espera que venha a ser auferido pelas propriedades atualizado por taxas de rentabilidade exigidas, as quais são observáveis no mercado imobiliário.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas com impacto relevante nas demonstrações financeiras ou erros materiais de exercícios anteriores.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	121.578	194.768	1.649.144	723	-	1.966.213
Aumentos	50	-	-	-	20.151	20.201
Diminuições	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Transferências / abates	11.114	-	9.037	-	(20.151)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	132.742	194.768	1.656.181	723	-	1.984.414
Aumentos	-	-	2.104	-	2.271	4.375
Diminuições	-	-	-	-	-	-
Transferências / abates	-	-	549	-	(549)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	132.742	194.768	1.658.834	723	1.722	1.988.789
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	25.438	194.768	1.536.453	723	-	1.757.382
Aumentos	13.585	-	37.405	-	-	50.990
Diminuições	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	39.023	194.768	1.571.858	723	-	1.806.372
Aumentos	13.271	-	24.368	-	-	37.639
Diminuições	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	52.294	194.768	1.596.226	723	-	1.844.011
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2012	93.719	-	84.323	-	-	178.042
A 31 de dezembro de 2013	80.448	-	62.608	-	1.722	144.778

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	167.349	2.682	-	170.031
Aumentos	-	-	9.188	9.188
Transferências / abates	9.188	-	(9.188)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	176.537	2.682	-	179.219
Aumentos	10.768	-	76	10.844
Transferências / abates	-	76	(76)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	187.305	2.758	-	190.063
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	90.285	2.608	-	92.893
Aumentos	57.482	74	-	57.556
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	147.767	2.682	-	150.449
Aumentos	26.365	4	-	26.369
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	174.132	2.686	-	176.818
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2012	28.770	-	-	28.770
A 31 de dezembro de 2013	13.173	72	-	13.245



**8 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo era o seguinte:

Empresa	% de detenção	31 dez 2013				
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Varição de justo valor	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)	76,86%	1.893.219.480	-	-	-	1.893.219.480
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	3.672.059	-	-	-	3.672.059
Sonae Sierra SGPS, SA (b)	50,00%	524.986.000	-	-	(24.868.000)	500.118.000
Sonaecom, SGPS, SA	20,94%	5.079.830	97.289.802	-	94.619.680	196.989.312
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	731.545	-	-	-	731.545
Sontel, BV (c)	35,87%	405.641.099	-	-	-	405.641.099
Total		3.669.296.314	97.289.802	-	69.751.680	3.836.337.796
Imparidade		165.500.000	32.500.000	-	-	198.000.000
Total		3.503.796.314	64.789.802	-	69.751.680	3.638.337.796

Empresa	% de detenção	31 dez 2012				
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Varição de justo valor	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)	76,86%	1.893.270.729	-	51.249	-	1.893.219.480
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	3.672.059	-	-	-	3.672.059
Sonae Sierra SGPS, SA (b)	50,00%	586.449.500	-	-	(61.463.500)	524.986.000
Sonaecom, SGPS, SA	0,94%	789.750	3.263.451	-	1.026.629	5.079.830
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	731.545	-	-	-	731.545
Sontel, BV (c)	42,86%	405.641.099	-	-	-	405.641.099
Total		3.726.520.983	3.263.451	51.249	(60.436.871)	3.669.296.314
Imparidade		165.500.000	-	-	-	165.500.000
Total		3.561.020.983	3.263.451	51.249	(60.436.871)	3.503.796.314

- (a) O valor desta participação é o preço da oferta pública de aquisição tendente ao domínio total realizada em 2006, não tendo sido registada qualquer variação desde então.
- (b) O valor de mercado foi determinado tendo por base a avaliação independente a 31 de dezembro de 2013 e 2012 dos ativos imobiliários detidos por esta filial, à qual foram deduzidas a correspondente dívida líquida e a quota-parte de minoritários. Os pressupostos da valorização dos ativos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (c) A variação de percentagem de detenção entre 2012 e 2013 desta subsidiária decorre do aumento de capital no qual a Sonae, SGPS não participou.

Durante o exercício de 2012, a Sonae celebrou com a Sonaecom, SGPS, SA um contrato em que se obrigava a efetuar a entrega de ações Sonaecom a colaboradores daquela subsidiária, durante o exercício de 2016. Esta obrigação referia-se a 2.780.000 ações que foram adquiridas por 3.263.451 euros. Tendo assumido um passivo no montante de 3.291.520 euros que se encontrava registado na rubrica da demonstração da posição financeira em outros passivos não correntes. Durante o 3º trimestre de 2013 o número de ações deste contrato foi reduzido para 438.733, reduzindo-se o respetivo passivo para 492.436 euros. A variação da valorização da participação contratualizada e do passivo encontra-se registada na demonstração dos resultados.

No 1º semestre de 2013 foi celebrado com uma subsidiária da France Telecom ("FT-Orange") um acordo relativo à transferência de 20% do capital social da Sonaecom, SGPS, SA para a Sonae, SGPS, SA. Considerando que os direitos relativos às ações objeto deste acordo passaram a ser imputados à Sonae, procedeu-se ao registo deste ativo como aquisição com pagamento diferido. O valor pelo qual se procedeu

ao registo correspondeu ao preço acordado caso ocorresse a operação de consolidação do sector das telecomunicações em Portugal descontado para o momento da aquisição (97.289.802 euros).

Em exercícios anteriores a Empresa constatou uma perda de imparidade relativa à participação financeira detida na Sontel, BV em resultado da aplicação da política contabilística referida em 2.6 k) e com base na avaliação dos ativos daquela subsidiária efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. A perda de imparidade acumulada nesta subsidiária a 31 de dezembro de 2013 é de 165.500.000 euros (igual montante em 31 de dezembro de 2012). No presente exercício a Empresa constatou uma perda de imparidade relativa à participação detida na Sonae Investments, BV no montante de 32.500.000 euros, tendo em conta o resultado da referida metodologia aplicada àquela participada.

Os pressupostos utilizados correspondem aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

9 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros investimentos era o seguinte:

Empresa	31 dez 2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	2.546	-	-	-	2.546
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	19.936.181	10.000.541	-	(621.713)	29.315.009
Magma No. 1 Securitisation Notes	18.640.000	-	18.640.000	-	-
Total	38.628.607	10.000.541	18.640.000	(621.713)	29.367.435

Empresa	31 dez 2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	2.546	-	-	-	2.546
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	20.000.003	-	(63.822)	19.936.181
Magma No. 1 Securitisation Notes	37.680.000	-	19.040.000	-	18.640.000
Sonae Capital, SGPS, SA	6.972.000	-	6.972.000	-	-
Total	44.704.426	20.000.003	26.012.000	(63.822)	38.628.607
Imparidade	2.490.000	-	2.490.000	-	-
Total	42.214.426	20.000.003	23.522.000	(63.822)	38.628.607

No primeiro trimestre de 2013 procedeu-se à aquisição de 12.392 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede. A valorização registada foi efetuada tomando por base o valor da unidade de participação divulgado pela sociedade gestora a 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em dezembro de 2008, a Empresa procedeu à tomada de obrigações titularizadas através de subscrição particular, no montante de 100.000.000 de euros emitidas por Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, SA denominadas Magma Nº 1 Securitisation Notes.

Estas obrigações foram emitidas pelo período de 5 anos (2008/2013) e eram amortizáveis em prestações trimestrais de igual valor, tendo como ativos subjacentes os créditos futuros gerados por contratos de clientes empresariais da Sonaecom - Serviços de Comunicações, SA, com um sobrecolateralização confortável que minimiza substancialmente o risco de crédito deste investimento.

Durante o exercício de 2013 estas obrigações foram integralmente reembolsadas.





10 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Investments, BV	124.666.551	5.403.000
Sonae Investimentos, SGPS, SA	347.400.000	347.400.000
Sontel, BV	-	20.000
	<u>472.066.551</u>	<u>352.823.000</u>

O valor registado em empréstimos concedidos à Sonae Investimentos, SGPS, SA é um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo. Em dezembro de 2011 procedeu-se à alienação de 1.052 obrigações a uma subsidiária pelo montante de 42.080.000 euros.

O justo valor das obrigações associadas a este empréstimo a 31 de dezembro de 2013 é de 41.495 euros (42.606 euros em 31 de dezembro de 2012) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados, não existindo qualquer indício de imparidade do referido empréstimo.

Os restantes empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 2.6.

11 CLIENTES

O saldo de clientes respetivamente 468.059 euros e de 467.461 euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

12 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Empresas do grupo - Juros:		
Sonae Investments, BV	388.391	138.928
Sontel, BV	-	1.202
	<u>388.391</u>	<u>140.130</u>
Empresas do grupo - Dividendos:		
Sonae Sierra SGPS, SA	10.567.050	10.567.050
	<u>10.567.050</u>	<u>10.567.050</u>
Outros devedores		
Outros	238.938	580.633
	<u>11.194.379</u>	<u>11.287.813</u>

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

Saldos devedores	31 dez 2013	31 dez 2012
Pagamentos por conta	26.064	117.872
Retenções na fonte	1.332.258	1.110.404
Outros	1.230.698	41.984
	2.589.020	1.270.260

Saldos credores	31 dez 2013	31 dez 2012
Imposto estimado	7.768	9.350
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	38.891	42.534
Capitais	227.628	52.769
Imposto sobre o valor acrescentado	168.802	97.420
Contribuições para a segurança social	11.363	12.426
Imposto de selo	-	120
	454.452	214.619

O valor na rubrica saldos devedores / outros corresponde fundamentalmente a valores a receber de imposto sobre o rendimento, ainda não reembolsados.

14 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Acréscimos de rendimentos	3.184.466	1.974.168
Gastos diferidos	117.606	82.911
	3.302.072	2.057.079

O valor registado na rubrica de acréscimos de rendimentos corresponde à especialização de juros relativos a empréstimos concedidos e comissões de fianças prestadas a participadas.

15 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Numerário	89	89
Depósitos bancários	96.239.148	158.667.534
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	96.239.237	158.667.623
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	96.239.237	158.667.623

Em 31 de dezembro de 2013 a sociedade detinha depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses no valor de 44.000.000 euros que foram resgatados no início de 2014, sendo o remanescente depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis.





16 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sociedade.

17 RESERVAS LEGAIS

A Sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2013 transferiu para esta rubrica resultados no valor 1.148.216 euros.

18 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Reservas livres	500.735.979	608.516.991
Reserva de cobertura	1.163.254	(2.383.292)
Reserva de justo valor:		
Sonae Investimentos, SGPS, SA	477.128.820	477.128.820
Sonae Sierra, SGPS, SA	10.004.660	34.872.661
Sonaecom, SGPS, SA	93.881.772	465.819
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	(685.534)	(63.824)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações (Nota 19)	703.468	655.001
	<u>1.082.932.419</u>	<u>1.119.192.176</u>

Os movimentos ocorridos em 2013 e em 2012 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração do rendimento integral.

As reservas de cobertura refletem a parcela eficaz de variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As reservas de justo valor correspondem a variações de justo valor de instrumentos financeiros classificados como ativos disponíveis para venda.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem a responsabilidade com os planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

19 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae concedeu em 2013 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, ao Conselho de Administração prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31 dez 2013		31 dez 2012	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2009	2010	2013	-	-	1	485.707
Plano 2010	2011	2014	1	502.379	1	481.878
Plano 2011	2012	2015	1	947.551	1	908.883
Plano 2012	2013	2016	2	601.730	-	-

O justo valor das ações atribuídas decorrentes dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição	31 dez 2013	31 dez 2012
Plano 2009	2010	2013	313.200	-	333.681
Plano 2010	2011	2014	345.000	526.995	331.050
Plano 2011	2012	2015	335.400	993.981	624.403
Plano 2012	2013	2016	404.600	631.215	-

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número	31 dez 2013	31 dez 2012
Saldo inicial	1.876.468	1.509.756
Movimento do exercício:		
Atribuídas	660.899	986.038
Vencidas	(485.707)	(619.326)
Saldo final	2.051.660	1.876.468

Em valor	31 dez 2013	31 dez 2012
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	361.668	325.172
Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	341.800	329.829
	703.468	655.001

20 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Obrigações Sonae, SGPS - 2007/2014	-	150.000.000
Obrigações Sonae, SGPS - 2010/2015	250.000.000	250.000.000
Obrigações Continente -7% - 2012/2015	200.000.000	200.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(2.911.460)	(4.952.886)
Empréstimos obrigacionistas	447.088.540	595.047.114
Empréstimo bancários - 2012/2015	75.000.000	75.000.000
Papel comercial	20.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(579.750)	(975.750)
Empréstimos bancários	94.420.250	74.024.250
Derivados	-	6.993.896
Empréstimos não correntes	541.508.790	676.065.260
Obrigações Sonae, SGPS- 2005/2013	-	100.000.000
Obrigações Sonae, SGPS- 2007/2014	150.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(27.764)	(80.094)
Empréstimos obrigacionistas	149.972.236	99.919.906
Derivados	2.421.024	1.674.286
Empréstimo bancário 2012	1.961.683	1.961.683
Empréstimos correntes	154.354.943	103.555.875

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, todos os empréstimos estão indexados a taxas variáveis com a exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7%. Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, com a exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7% que é determinado através do seu preço de mercado à data do balanço.





Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados era o seguinte:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	151.961.683	24.500.964	101.961.683	25.514.464
N+2	525.000.000	20.534.139	150.000.000	23.820.144
N+3	-	766.770	525.000.000	19.817.448
N+4	-	764.675	-	-
N+5	20.000.000	693.445	-	-

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento a 31 de dezembro.

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidos como se segue:

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	181.500.000	20.000.000	146.500.000	35.000.000
Montante de linhas disponíveis	181.500.000	-	146.500.000	35.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro 2013 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média de 3,58% (3,37% em 31 de dezembro de 2012).

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros considerados de cobertura correspondem a swaps que convertem taxa variável em taxa fixa contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 150 milhões de euros (250 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), a cobertura foi efetuada para 100% do valor dos empréstimos, cujo justo valor ascendia a -2.421.024 euros (-8.668.182 euros em 31 de dezembro de 2012).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efetuadas pela Empresa com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado, estimada para as datas de fixação de juro com base em curvas de mercado retiradas da Bloomberg.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os derivados tinham os seguintes cash-flows estimados:

	31 dez 2013	31 dez 2012
N+1	(2.423.065)	(6.297.744)
N+2	-	(2.393.076)

21 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Sonae Investments, BV	12.426.000	-
Sontel, BV	-	7.296.265
Sonaecenter Serviços, SA	104.000	145.135
	<u>12.530.000</u>	<u>7.441.400</u>
Acionistas	71.746	70.350
Outros	102.241.083	169.210
	<u>114.842.829</u>	<u>7.680.960</u>

O valor registado na rubrica outros inclui o montante de 102.095.077 euros (valor atualizado para 31 de dezembro de 2013 que irá ser liquidado em agosto de 2014) relativo à aquisição de 20% do capital social da Sonaecom, SGPS, SA (nota 8).

22 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	605.802	525.658
Juros a liquidar	9.133.850	10.275.049
Outros	796.038	352.628
	<u>10.535.690</u>	<u>11.153.335</u>

23 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	71.421.912	48.093.333
por processos judiciais em curso	70.766	70.766
Fianças prestadas favor de subsidiárias (a)	272.612.454	230.569.501

a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente aos exercícios de 2007, 2008 e 2009. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi criada provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.



**24 LOCAÇÕES OPERACIONAIS**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	257.846	255.319
N+1	22.276	25.242
N+2	7.445	22.276
N+3	7.445	7.445
N+4	3.102	7.445
N+5	-	3.102
	298.114	320.829

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 278.714 euros (278.773 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a contratos de locação operacional.

25 ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

Saldos	31 dez 2013	31 dez 2012
Empresas subsidiárias	3.836.846	2.576.963
Empresas controladas conjuntamente	10.780.435	10.779.542
Outras partes relacionadas	98.005	98.000
Contas a receber	14.715.286	13.454.505
Empresa mãe	767.423	912.998
Empresas subsidiárias	1.462.346	3.738.595
Empresas controladas conjuntamente	2.098	39.654
Outras partes relacionadas	4.712	4.533
Contas a pagar	2.236.579	4.695.780
Empresas subsidiárias	472.066.551	352.823.000
Empréstimos concedidos	472.066.551	352.823.000
Empresas subsidiárias	12.530.000	7.441.400
Empréstimos obtidos	12.530.000	7.441.400

Transações	31 dez 2013	31 dez 2012
Empresas subsidiárias	3.291.362	2.602.884
Empresas controladas conjuntamente	217.612	217.467
Outras partes relacionadas	100.169	100.000
Prestação de serviços e outros rendimentos	3.609.143	2.920.351
Empresa mãe	639.260	305.324
Empresas subsidiárias	1.305.465	1.130.900
Empresas controladas conjuntamente	64.095	65.660
Outras partes relacionadas	10.649	29.675
Compras e serviços recebidos	2.019.469	1.531.559
Empresas subsidiárias	31.330.427	31.731.142
Juros auferidos	31.330.427	31.731.142
Empresa mãe	-	607.674
Empresas subsidiárias	2.824.595	1.202.304
Juros suportados	2.824.595	1.809.978
Empresas subsidiárias	202.565.008	17.203.611
Empresas controladas conjuntamente	-	10.567.050
Dividendos (Nota 27)	202.565.008	27.770.661
Empresas subsidiárias	-	80.000
Outras partes relacionadas	-	3.569.000
Alienação investimentos financeiros (Nota 33)	-	3.649.000
Outras partes relacionadas	10.000.541	20.000.003
Aquisição/aumento de investimentos financeiros (Nota 33)	10.000.541	20.000.003
Empresas subsidiárias	-	2.061.797
Empresas controladas conjuntamente	-	382.914
Alienação de ações próprias	-	2.444.711

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA (empresa mãe) e suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA (outras partes relacionadas).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 tem a seguinte composição:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Benefícios a curto prazo	1.969.861	1.958.940
Benefícios com base em ações	541.400	404.600
	<u>2.511.261</u>	<u>2.363.540</u>

Em 2013 e 2012, não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

26 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os montantes de 477.612 euros e 476.701 euros relativos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

27 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Dividendos (Nota 25)	202.565.008	27.770.661
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	2.283.250	(934.201)
Perdas de imparidade (Nota 8)	(32.500.000)	-
Outros ganhos/(perdas) em investimentos	(375.298)	-
	<u>171.972.960</u>	<u>26.836.460</u>

Os dividendos foram atribuídos pelas filiais Sonae Investimentos, SGPS, SA (34.158.036 euros), Sonaegest, SA (95.372 euros), Sonaecom, SGPS, SA (411.600 euros) e Sonae Investments, BV (167.900.000 euros).

28 GANHOS OU PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(3.426.035)	(3.230.432)
Relativos a obrigações não convertíveis	(21.740.049)	(18.639.880)
Outros	(13.768.272)	(7.738.627)
Encargos com emissão de dívida	(4.180.342)	(3.372.947)
Outros gastos e perdas financeiras	(329.120)	(97.370)
Gastos e perdas financeiras	<u>(43.443.818)</u>	<u>(33.079.256)</u>
Juros obtidos	31.787.534	33.388.218
Variação de justo valor	2.355.076	-
Rendimentos e ganhos financeiros	<u>34.142.610</u>	<u>33.388.218</u>





29 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Rendas e alugueres	379.532	376.868
Trabalhos especializados	2.361.571	1.941.798
Outros fornecimentos e serviços	1.058.061	677.154
	<u>3.799.164</u>	<u>2.995.820</u>

30 GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Remunerações	2.256.820	2.285.376
Encargos sobre remunerações	92.186	88.518
Outros gastos com o pessoal	51.646	76.959
	<u>2.400.652</u>	<u>2.450.853</u>

31 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento foi de 9.344 euros e 9.414 euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente.

31.1. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como se segue:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Resultado antes de imposto	159.499.855	22.973.731
Dividendos	(202.565.008)	(27.770.661)
Perdas de imparidade	32.500.000	-
Outros acréscimos/(reduções) à matéria coletável	(3.351.364)	1.438.057
Matéria coletável	<u>(13.916.517)</u>	<u>(3.358.873)</u>
Utilização reportes fiscais	-	-
Prejuízos fiscais para os quais não foram constatados impostos diferidos	13.916.517	3.358.873
Matéria coletável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 25%	-	-
Insuficiência de estimativa de imposto	1.576	64
Tributações autónomas	7.768	9.350
Derrama	-	-
Imposto do exercício	<u>9.344</u>	<u>9.414</u>
Taxa média efetiva de imposto	<u>0,006%</u>	<u>0,041%</u>

31.2. Reportes fiscais

	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2009	3.070.501	2015	3.070.501	2015
Gerados em 2010	2.812.551	2014	2.812.551	2014
Gerados em 2011	-	-	-	-
Gerados em 2012	3.352.342	2017	3.358.873	2017
Gerados em 2013	<u>13.916.517</u>	<u>2018</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>23.151.911</u>		<u>9.241.925</u>	

32 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2013	31 dez 2012
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	159.490.511	22.964.317
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	159.490.511	22.964.317
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	2.000.000.000	1.999.432.845
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prêmios de desempenho diferido (Nota 19)	1.838.985	1.673.374
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(459.005)	(700.550)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	2.001.379.980	2.000.405.669
Resultado por ação		
Básico	0,079745	0,011485
Diluído	0,079690	0,011480

33 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos ocorridos no exercício de 2013 e 2012 foram os seguintes:

Empresas	31 dez 2013		
	Total	Valor recebido	Valor pago
Magma Nº 1 Securitisation Notes	18.640.000	18.640.000	-
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonaes Dois	10.000.541	-	10.000.541
Sonaecom, SGPS, SA	97.289.802	-	-
	125.930.343	18.640.000	10.000.541
Empresas	31 dez 2012		
	Total	Valor recebido	Valor pago
Magma Nº 1 Securitisation Notes	19.040.000	19.040.000	-
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonaes Dois	20.000.003	-	20.000.003
Sonaecom, SGPS, SA	3.263.451	-	3.263.451
Sonae Investimentos, SGPS, SA	80.000	80.000	-
Sonae Capital, SGPS, SA	3.569.000	3.569.000	-
	45.952.454	22.689.000	23.263.454





34 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2013 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,0331 euros por ação (0,0331 euros por ação em 2012) correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros (66.200.000 euros em 2012).

Relativamente ao exercício de 2013, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0348 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 69.600.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2014. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

36 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Investments, BV

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Igimo Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro Sociedade Imobiliária, SA

Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, SA

Modelo Hiper Imobiliária, SA

Modelo.com – Vendas por Correspondência, SA

Sesagest Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sonae Investments, BV

Sonae Investimentos, SGPS, SA

Sonaecenter, Serviços, SA

Sonaecom, SGPS, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

	Saldo final
Sonae Investments, BV	124.666.551
Total	124.666.551

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

	Saldo final
Sonae Investments, BV	12.426.000
Sonaecenter Serviços, SA	104.000
Total	12.530.000

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2013 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 28.868 euros, exclusivamente de serviços de auditoria.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela; membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe; membro do Conselho de Administração

Christine Cross; membro do Conselho de Administração





Michel Marie Bon; membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino; membro do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; membro da Comissão Executiva



CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS E RELATÓRIO
DE AUDITORIA





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Sonae, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada e Individual em 31 de Dezembro de 2013 (que evidenciam um activo total consolidado e individual de 5.476.537.589 Euros e 4.253.722.572 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 1.908.111.418 Euros e de 3.430.708.794 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe no montante de 318.979.514 Euros e um resultado líquido individual no montante de 159.490.511 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e da Empresa, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira consolidada e individual, os seus resultados e o seu rendimento integral consolidado e individual.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme referido no Relatório de Gestão e nas Notas 4 e 8.1. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 27 de Agosto de 2013, a Optimus, S.G.P.S., S.A. foi incorporada por fusão na actual Zon Optimus, S.G.P.S., S.A. a qual passou a ser uma subsidiária da entidade conjuntamente controlada ZOPT, S.G.P.S., S.A.. Em resultado da perda de controlo sobre a Optimus, S.G.P.S., S.A. e suas filiais, parte significativa do segmento das Telecomunicações foi considerado, para efeitos da sua apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas, como uma operação descontinuada tendo sido reconhecido um ganho de 442.605.639 Euros na rubrica “Resultados depois de impostos das operações descontinuadas” e encontrando-se o investimento financeiro na ZOPT, S.G.P.S., S.A. reconhecido pelo método de equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2013.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 18 de Março de 2014

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL





Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae, S.G.P.S., S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 - Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida e, bem assim, o parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonae, S.G.P.S., S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou, com a extensão aconselhável, a evolução da sua atividade, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, as políticas contabilísticas e critérios de mensuração e, bem assim, verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal efetuou reuniões de periodicidade trimestral, nas quais contou com a presença da Administração, de responsáveis dos Departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, de Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, de Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório de gestão e as contas do exercício.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, analisou o planeamento e os relatórios de atividade dos Auditores Interno e Externo, apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o sistema de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração das contas individuais e consolidadas e pronunciou-se, em termos favoráveis, sobre a prestação pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo de serviços adicionais aos de auditoria e garantia de fiabilidade, tendo igualmente exercido as suas atribuições no que concerne à apreciação das competências e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram o desenvolvimento da atividade expressa nas demonstrações financeiras e, deste ponto de vista, sublinha a significativa relevância estratégica resultante da concretização da operação de fusão entre a Optimus, S.G.P.S., S.A. e a Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A..

O Conselho Fiscal observou a Recomendação V.2 da CMVM, nos termos dos critérios já por si estabelecidos com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do Art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios.

Foi, ainda, apreciado o relatório de governo da sociedade, anexo ao relatório de gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 420º do

Código das Sociedades Comerciais, e, nestes termos, verificou-se que, o mesmo, contém os elementos referidos no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão, incluindo o relatório sobre o governo da sociedade e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo revisor oficial de contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- b) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/ 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 27 de março de 2014

O Conselho Fiscal,

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Arlindo Dias Duarte Silva

Jorge Manuel Felizes Morgado